



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

PRISCILLA IDALINO OLIVEIRA

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A IMPLANTAÇÃO DA COLETA
SELETIVA SOLIDÁRIA DE PAPEL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UEPB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2018**

PRISCILLA IDALINO OLIVEIRA

O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DE PAPEL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UEPB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Gorete Cavalcante Souto.

**CAMPINA GRANDE - PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48l Oliveira, Priscilla Idalino.
O lugar da educação ambiental e a implantação da coleta seletiva solidária de papel no Centro de Educação da UEPB [manuscrito] / Priscilla Idalino Oliveira. - 2018.
64 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Maria Gorete Cavalcante Souto, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação ambiental. 2. Formação docente. 3. Ambientalização institucional. 4. Curso de licenciatura.

21. ed. CDD 372.357

PRISCILLA IDALINO OLIVEIRA

O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DE PAPEL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UEPB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 14/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Maria Gorete Cavalcante Souto
Prof.ª Dra. Maria Gorete Cavalcante Souto (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Bruno Guedes da Costa
Prof. Me. Bruno Guedes da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
Prof.ª Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS por ter me ajudado a vencer, com êxito, todas as etapas do curso de Pedagogia.

À minha família, meu Pai, José Robson de Oliveira; minha Mãe, Maria de Lourdes Idalino; e a minha Irmã, Aline Idalino Oliveira por todo o incentivo no meu processo de formação, tanto na Educação Básica como na Superior e pela compreensão da minha ausência, muitas vezes, nas reuniões familiares. Amo vocês!

À professora Dra. Maria Gorete Cavalcante Souto, minha orientadora, pelas leituras sugeridas ao longo da orientação e pela dedicação e paciência que teve comigo. Nunca esquecerei que no momento mais difícil da minha vida esteve comigo. Minha sincera gratidão à senhora. Levarei no meu coração a lembrança. A amo!

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, que contribuíram ao longo da minha formação.

Aos funcionários da UEPB pelo atendimento quando necessário.

Aos colegas de turma pela amizade e apoio tanto nos bons momentos, quanto nas dificuldades.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas mudam o mundo”.
(PAULO FREIRE)

RESUMO

A Educação Ambiental - EA, como dimensão do processo educativo, deve compor os currículos dos cursos de formação de professores de todos os níveis de ensino como forma de atender as demandas da crise ambiental. Na Educação Superior, essa inserção deve ocorrer por meio dos Projetos Pedagógicos de Curso e dos Projetos Institucionais, o que ainda é um desafio a ser superado. O objetivo deste trabalho foi analisar o lugar da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, nos moldes da pesquisa exploratória, realizada no segundo semestre de 2017, a partir de entrevista semiestruturada, com os coordenadores, e análise dos Projetos Pedagógicos desses Cursos. A pesquisa revelou que a EA é um tema ausente e/ou superficialmente abordado nos currículos e atividades e evidenciou uma concepção de EA reducionista e limitada, justificada pelo desconhecimento das políticas que a regulamentam. Dessa forma, podemos afirmar que a EA não é adequadamente considerada nesse Centro, uma vez que, dos seis cursos de licenciatura, está ausente em quatro e ainda muito incipiente em dois deles; o que indica a necessidade de ampliar esse estudo no sentido de apontar caminhos para que a UEPB possa contribuir com a formação de professores que promovam essa discussão no contexto da Educação Básica. Esse aspecto é ampliado pela ausência de uma política institucional que estabeleça uma “cultura ambiental” ou “ambientalização institucional” que contemple a dimensão ambiental não apenas nos currículos, mas também, na gestão e no espaço físico. A implantação da Coleta Seletiva Solidária de Papel no Centro de Educação se instituiu como uma ação social de apoio ao trabalho dos catadores e uma forma da universidade cumprir sua função social se estabelecendo como espaço propício a consolidação da Pedagogia do Cuidado contribuindo, assim, para a "reinvenção da escola" e da sociedade no sentido de torná-la mais humana e solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Formação Docente. Ambientalização Institucional. Curso de Licenciatura.

ABSTRACT

Environmental Education - EA, as a dimension of the educational process, must compose the curricula of teacher training courses at all levels of education as a way to meet the demands of the environmental crisis. In Higher Education, this insertion must occur through the Pedagogical Projects of Course and Institutional Projects, which is still a challenge to be overcome. The objective of this study was to analyze the place of Environmental Education in the Bachelor's Degree courses of the Education Center of the State University of Paraíba, through a qualitative research, in the form of exploratory research, carried out in the second half of 2017, from a semi-structured interview, with the coordinators, and analysis of the Pedagogical Projects of these Courses. Research has revealed that EE is a topic that is absent and / or superficially addressed in curricula and activities and has evidenced a conception of reductionist and limited A, justified by the ignorance of the policies that regulate it. Thus, we can say that EA is not adequately considered in this Center, since, of the six undergraduate courses, it is absent in four and still very incipient in two of them; which indicates the need to expand this study in order to point out ways for UEPB to contribute to the training of teachers that promote this discussion in the context of Basic Education. This aspect is amplified by the absence of an institutional policy that establishes an "environmental culture" or "institutional environmentalization" that contemplates the environmental dimension not only in curricula, but also in management and physical space. The implementation of the Solidary Selective Collection of Paper in the Education Center was instituted as a social action to support the work of the collectors and a way for the university to fulfill its social function, establishing itself as a space conducive to the consolidation of the Pedagogy of Care, thus contributing to the "reinvention of the school" and society in the sense of making it more humane and supportive.

KEY WORDS: Environmental Education. Teacher Training. Institutional Environment. Bachelor's degree course.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	11
	2.1 A Problemática dos Resíduos Sólidos e a Responsabilidade da Universidade	17
	2.2 A Coleta Seletiva.....	20
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	23
	3.2 Lócus, participantes e procedimentos de pesquisa	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
	4.2 O Lugar da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do CEDUC.....	27
	4.2.1 Atividades/ações de Educação Ambiental desenvolvidas nos Cursos de Licenciatura do CEDUC.....	30
	4.2.2. Importância da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura, na visão dos coordenadores	32
	4.3 Implantação da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC	35
	4.4 Monitoramento da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC	40
5	Avaliação do processo de Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC	47
	5.2 Sugestões para melhorar o processo de Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
7	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE - A	60
	APÊNDICE - B	63

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário global evidencia que a intervenção dos seres humanos no ambiente extrapolou os limites da capacidade de suporte e da falta de cuidado, se distanciando assim, de sua condição natural e do equilíbrio ambiental. Uma das principais ameaças a esse equilíbrio é o atual modelo capitalista de produção que, visando o lucro a qualquer preço, não se preocupa com os danos e injustiças ambientais que acarretam diversos problemas aos seres humanos e ao planeta.

A crise ambiental ou socioambiental, como é mais conhecida hoje, cujas consequências podem ser percebidas cotidianamente se caracteriza, como uma das discussões mais atuais e urgentes. Em virtude da sua abrangência e complexidade, vem sendo concebida, como uma *crise civilizatória* ou da *racionalidade instrumental* (BOFF, 2008; LEFF, 2002).

Os problemas ambientais, decorrentes dessa crise, que afetam todos os segmentos da sociedade não produzem consequências apenas no nível local, mas também de dimensões planetárias, a exemplo do aquecimento global, da escassez de água e da desigualdade social, em uma sociedade geradora de desigualdades. São problemas complexos que não podem ser percebidos apenas do ponto de vista do indivíduo, mas de todos os setores, uma vez que se caracterizam como produtos de uma sociedade consumista, individualista e competitiva. Conforme Guimarães (2007, p.88) os problemas socioambientais locais e globais se inter-relacionam, não são aspectos isolados de cada realidade, pois refletem um determinado modelo de sociedade e sua forma de estabelecer relações com o meio.

Nesse contexto a educação, como fenômeno transformador, tanto dos seres humanos como das realidades nas quais estão inseridos, visa à constituição de novas formas de ser e estar no mundo. Esse processo, na perspectiva de Freire (2005) deve contribuir para a formação de seres humanos críticos, reflexivos e participativos de forma que possam assumir o compromisso com a sociedade e a transformação do mundo.

Essa busca de transformação é uma tarefa da Educação Ambiental (EA) que desde a Constituição Federal de 1988, é concebida como direito de todos/as cidadãos e cidadãs brasileiros/as e dever do Estado, ao afirmar, no Inciso VI do Art. 225, que incumbe ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

A EA é adotada no Brasil como uma dimensão dos processos educativos que visam mobilizar os seres humanos para o cuidado do ambiente no qual estão inseridos. A Política

Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei 9.795/99), a reconhece, (Art. 2º), como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999. p.01).

Conforme a PNEA (Art. 9º), “Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos (BRASIL,1999, p.2).

Nesse sentido a EA deve ser contemplada nos processos de formação de professores de todos os níveis e áreas do conhecimento como também determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEAs (Art.1º), que devem ser “observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e Educação Superior” (BRASIL, 2012. p.2). Para que possamos contribuir com a formação de sujeitos sociais críticos e participativos, em relação aos problemas ambientais, que possam contribuir com a sociedade nessa área, como por exemplo com a problemática dos resíduos sólidos.

Essa problemática é norteadada pela a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/10, que dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, além das responsabilidades, dos geradores e do poder público, e dos instrumentos econômicos aplicáveis. Essa Lei também substituiu o termo “lixo” por resíduos sólidos¹ e rejeito² (BRASIL, 2010).

Dentre as alternativas apontadas por essa Lei a Coleta Seletiva é uma importante etapa do gerenciamento dos resíduos produzidos pelos seres humanos. Como determina o Art.3º, Inciso V, a Coleta Seletiva se define como a “coleta de resíduos sólidos previamente

1 Entende-se por resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível, conforme o inciso XVI, Art. 3º da PNRS (BRASIL, 2010).

2 São os “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”, conforme o inciso XV, Art. 3º da PNRS (BRASIL, 2010).

segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010). Essa etapa realizada corretamente contribui para o retorno dos materiais para o ciclo de produção e eleva a renda dos catadores de materiais recicláveis, organizados em cooperativas ou associações, responsáveis por essa coleta, reduzindo assim, os danos ao meio ambiente.

Nesse contexto, de acordo com o Art. 1º, as DCNEAs devem “estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da EA na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino [...]” (BRASIL, 2012, p.2). Dessa forma, a EA deve estar inserida tanto nos currículos dos cursos, por meio dos Componentes Curriculares, quanto nos processos de gestão das instituições educacionais.

Entretanto, a efetivação dessas determinações é uma tarefa que, conforme Pequeno (2016), ainda não é cumprida pela maioria dos cursos de formação de professores da Educação Básica. Dessa constatação vêm os seguintes questionamentos: Qual o lugar da Educação Ambiental³ no Centro de Educação (CEDUC) do Campus I da UEPB? Os currículos dos Cursos de Licenciatura do Centro contemplam a Educação Ambiental?

Estas foram às questões que nortearam este estudo desenvolvido no âmbito do Projeto de Iniciação Científica, na cota 2016-2017, com o objetivo de identificar o lugar da Educação Ambiental nos cursos de Licenciatura do Centro de Educação, Campus I, da UEPB e implantar a Coleta Seletiva de Papel Solidária nesse Centro.

3 Optamos por manter a forma por extenso, para dar mais ênfase aos questionamentos.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Ambiental (EA) é um instrumento de transformação diante da crise ambiental que estamos vivenciando, provocada pela degradação do planeta. Suas consequências, como as mudanças no clima e os diversos riscos socioambientais locais e globais, contribuem para que essa crise se evidencie na prática social dos seres humanos.

É importante ressaltar que a EA tem se definido a partir de conflitos vivenciados socialmente que, em sua maioria, tende a separar o ecológico [ambiental] do social, o individual do coletivo, o público do privado, entre outros, de forma a não remeter as problemáticas ambientais a um tipo de sociedade, ou seja, não promovem o reconhecimento que ela mesma tem sido a grande geradora da atual crise ambiental (LIMA, 2011).

De acordo com Pinto e Zacarias (2009) há uma relação direta entre a crise ambiental contemporânea e o sistema capitalista, que estimula o consumo como processo que apresenta três fases distintas: produção, distribuição e circulação as quais são interligadas e contribuem para a constituição de uma sociedade orientada pela ideologia consumista. Nessa ideologia o principal interesse é o acúmulo de capital, orientado pela exploração dos recursos naturais e do trabalhador, sem a devida preocupação com a degradação do ambiente e da qualidade de vida.

Para esse autor, o capitalismo tem como base a concentração de lucro e, para isso, se utiliza de estratégias que estimulem o consumo exacerbado, produzindo assim, uma sociedade que se preocupa apenas com o ter sem considerar as necessidades e que diz ser feliz, com qualidade de vida, não pelo que é, mas pelo que consome e os bens que possui. Dessa forma, os padrões de consumo vêm gerando não apenas impactos ambientais, mas também sociais a níveis local e mundial. Por tudo isso, é possível afirmar que a lógica mercantil e a ideologia de consumo invadiram e saturaram o conjunto das relações sociais (ZACARIAS, 2009).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Trajber (2007, p.144) reconhece que a maioria dos problemas ambientais que enfrentamos atualmente está relacionada direta ou indiretamente com a maneira como vivemos no planeta, ou seja, como nos apropriamos dele. Um exemplo disso é o uso dos bens e produtos de consumo, pois a nossa sociedade tem sido construída, historicamente, com base em uma “perversa lógica de mercado” orientada pelo

consumo, “[...] transmutado em consumismo, passou a ser entendido como sinônimo de bem-estar e de felicidade.” O que não é verdade. Será que essa felicidade momentânea prometida pelo mercado vale mesmo a pena? Qual o preço que pagaremos (ou já estamos pagando) por isso?.

Ainda conforme Trajber (2007, p.145) enquanto o apelo ao consumismo leva as pessoas a adotarem atitudes individualistas, o assumir responsabilidade social e ambiental as potencializa no agir comunitário e reconhece que “responsabilidade, nesse sentido, exige liberdade e informações para tomada de decisões sobre políticas para a sustentabilidade em todos os seus matizes”.

Nesse contexto, a busca pela sustentabilidade, surge como necessidade de efetivar políticas que proporcionem mudanças no modo de ser e viver das pessoas e na organização da produção, distribuição e consumo de bens decorrentes do atual modelo de produção capitalista, que promove a apropriação dos bens públicos e gera pessoas individualistas e competitivas, facilmente alienadas pelo marketing e pela publicidade. A educação, na perspectiva crítica e transformadora proposta por Freire (2005) pode problematizar essa questão e contribuir para que as pessoas reflitam e se posicionem de forma coerente e responsável sobre esse processo.

A EA visa contribuir para amenizar os impactos ambientais provocados e manifestos pela sociedade. A Constituição Federal, de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a EA em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p.1).

A EA é uma dimensão da educação, por isso deve ser implementada nos sistemas de ensino de todos os níveis e modalidades, com o objetivo de imprimir, nos seres humanos, o desenvolvimento de um caráter social em relação ao meio ambiente, de forma que leve os indivíduos a construírem conhecimentos, a absorver valores e a ter atitudes de cuidado com seu ambiente de vivência.

Nesse sentido - para que venhamos entender as demandas dos problemas ambientais contemporâneos conforme Loureiro (2009, p.1) - é necessário promover o debate acerca do sistema capitalista vigente, pois na maioria das vezes, o entendimento sobre educação

ambiental fica restrito ao indivíduo, como se as mudanças ambientais devessem ocorrer única e exclusivamente por escolhas pessoais livres, sem nenhuma relação ou ligação com o contexto social mais amplo.

O universo da EA é composto por uma diversidade de atores, grupos e instituições sociais que apresentam como característica comum a preocupação com o ambiente, mas que também se diferenciam em suas concepções sobre a crise ambiental e pelas propostas políticas pedagógicas de abordagem dos problemas ambientais. Na visão de Lima (2011, p.22), EA é tida como um universo dinâmico de forças e relações sociais mediadas por regras e valores, no qual há disputas de como ela deve ser conduzida. Portanto, há, hoje, uma grande diversidade de concepção de EA.

Este trabalho se situa na perspectiva Crítica e Humanista, conforme Pequeno (2014), que corrobora com o que diz o Art. 5º, das DCNEAs (BRASIL, 2012): “A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores; interesses; visões de mundo; desse modo, deve assumir na prática educativa de forma articulada e interdependente as suas dimensões Políticas e Pedagógicas”. De forma a superar a visão naturalista de meio ambiente, ainda muito presente nas práticas pedagógicas dessa área e nas instituições educacionais.

De acordo com essas Diretrizes, Art. 8º, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, a EA “deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar contínua e permanente em todas as fases; etapas; níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específica”. E no Parágrafo Único, essa lei faculta aos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e extensão, voltados para aspectos metodológicos da educação ambiental, a possibilidade de ser estabelecido um componente curricular específico.

A PNEA (BRASIL, 1999) valida a importância da EA em todos os níveis da educação tanto na vertente formal como na não formal. De acordo com Lipai, Layrargues, e Pedro (2007, p.24), a aprovação dessa Lei e do seu regulamento, por meio do Decreto nº 4.281/2002, trouxe grande esperança, especialmente para educadores, ambientalistas e professores. É necessário destacar que muito antes dessa lei entrar em vigor já se promovia a educação ambiental nos diversos setores da sociedade, como também a legislação brasileira sobre essa dimensão tem uma tendência comum que é a sua universalização como uma prática educativa que envolve a sociedade como um todo.

Essa Lei determina (Art. 2º) que a Educação Ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999, p.1). Dessa forma, essa política deve ser colocada em prática em todos os sistemas de ensino, seja público privado.

Quando se fala da EA no ensino formal, conforme a PNEA, e referendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), esta deve estar presente nos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas, de todos os níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial, Profissional e de Jovens e Adulto) e da Educação Superior, por meio de uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

A PNEA e as DCNEAs também determinam a inserção da educação ambiental no processo de formação e especialização técnica e profissional, de todos os níveis, nos quais devem constar conteúdos relacionados a essa dimensão tanto nas atividades que serão desenvolvidas quanto nos currículos. De forma que, no exercício da profissão, possam atender aos anseios da sociedade no sentido de promover o cuidado com o ambiente e a consequente promoção da qualidade de vida.

Essa determinação também está posta para as instituições que promovem a formação de professores de todas as áreas do conhecimento e de todos os níveis de ensino. De acordo com o Art. 11 da PNEA (BRASIL, 1999) “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. E acrescenta no Parágrafo único que, “os professores em atividade, devem receber uma formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, 2012, p.1) “devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior”, com o objetivo de “orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica”, enfatizam que a Educação Superior deve promover o entendimento do ser humano e do meio em que vive, como forma de preparar para o exercício da cidadania e para a formação de sujeitos concretos, que vivem em um determinado ambiente com particularidades e condições físicas, sociais e culturais específicas.

Outro objetivo dessas Diretrizes, conforme o inciso II do Art.1º, é “[...] estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da educação ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino [...]” (BRASIL, 2012, p.2). Essa determinação evidencia que a dimensão ambiental não deve se restringir apenas a esfera pedagógica, mas deve ser contemplada em todos os âmbitos das instituições de ensino, que envolvem a gestão, o currículo e o espaço físico.

Ao reconhecer que o fato de a EA constituir um campo em processo de construção afeta diretamente as possibilidades de uma reflexão madura, no âmbito dos cursos de formação de professores, Manzochi e Carvalho (2008, p.122) afirmam que “[...] as ações formativas nessa área, de um modo geral, ainda não conseguiram estar apoiadas em reflexões consistentes a respeito de ‘qual educação ambiental’ pretendem ajudar a promover”. Essa situação irá se refletir nas práticas pedagógicas dessa área desenvolvidas nas escolas.

Além disso, a ausência da dimensão ambiental, na Educação Superior, principalmente nos cursos de formação docente, contrariando todos os dispositivos legais, ainda é evidenciada por diversos estudos. Pequeno (2014) reconhece que essa ausência se constitui o principal fator limitante a institucionalização da educação ambiental no contexto da Educação Básica.

Costa (2009) também constatou a ausência de política institucional para a inserção da temática ambiental na formação de professores e apresentou duas alternativas que podem contribuir para “uma mínima formação ambiental ao futuro professor”. A primeira, que reconhece ser a mais prática e objetiva, é a disciplinarização da educação ambiental nos cursos de licenciatura. E a segunda, como alternativa mais complexa, é a ambientalização curricular⁴.

Ao analisarem as ações formativas que consideram a dimensão ambiental nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Paraná, Teixeira e Torales (2014) concluíram que a presença da temática ambiental, em apenas cinco deles, é menos expressiva do que nos cursos de bacharelado, onde foi identificada em quinze.

Essa realidade evidencia um paradoxo, se por um lado o contexto social e as políticas educacionais pressionam os professores da Educação Básica a desenvolverem uma prática pedagógica que contemple a dimensão ambiental, por outro lado, as instituições formadoras

4 A ambientalização curricular “compreende a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental” (GUERRA; FIGUEREDO, 2014, p.111),

ainda não consolidaram essa dimensão nos processos de formação de professores. Isso afeta, diretamente, a implementação da EA nos processos formais de ensino da Educação Básica.

Assim, a institucionalização da Educação Ambiental na Educação Superior, englobando os currículos, a gestão e o espaço físico das instituições, como propõe a legislação da área, é uma condição para o acesso a dois direitos constitucionais: a educação e ao ambiente sadio e equilibrado. Dessa forma, estaremos formando profissionais aptos a atender as demandas da sociedade, dentre as quais destacamos a problemática dos resíduos sólidos, um dos principais desafios da atualidade.

2.1 A Problemática dos Resíduos Sólidos e a Responsabilidade da Universidade

Ao falamos de resíduos sólidos logo nos remetemos à questão ambiental, pois esse é um dos problemas mais evidentes na nossa sociedade, seja nas casas, nas indústrias e nas mais diversas instituições. Portanto, é essa sociedade a principal responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos que produz. No entanto, antes de pensarmos no descarte desse material, devemos repensar o papel do ser humano, enquanto consumidor. Será que tudo o que tem sido consumido é necessário?

A sociedade atual é marcada pelo consumo motivado pelo sistema capitalista por meio do qual o ter se sobrepõe ao ser, uma vez que o comportamento humano é influenciado pelo meio social, ou seja, pela necessidade de “aceitação”, de forma a comprometer, em alguns aspectos, a maneira de pensar, de sentir e de se comportar no meio. “Essas ‘necessidades’ resultam do meio social em que as pessoas vivem e que as fazem crer que realmente existam tais necessidades e que para serem felizes precisam satisfazê-las” (RODRIGUES; FEITOSA; SILVA, 2015, p.22).

Nesse contexto, o nível de produção de mercadorias tem crescido para atender à demanda populacional no que se diz respeito ao consumo de água, alimentos e combustíveis, dentre outros bens naturais. Outros motivos são famílias segregadas que buscam praticidade e que atenda ao estilo de vida agitado que a sociedade atual tem exigido. Conforme Rodrigues, Feitosa e Silva (2015, p.22) “em contrapartida, atrelado ao crescimento da população, dos domicílios e da produção observa-se a desigualdade social [...]”. Dessa forma, apenas uma pequena parcela da sociedade tem um alto poder de consumo e outra vive à margem e, muitas vezes, busca sua sobrevivência nos resíduos decorrentes do consumo exagerado.

O aumento nos padrões de consumo pode ser positivo para o aspecto econômico do país, porém negativo no quesito meio ambiente que, no que lhe concerne, de forma indireta, está se auto destruindo, uma vez que parte desses resíduos, ao invés de sofrer o descarte correto é espalhada nas ruas trazendo consequências como entupimento de canais que, por sua vez, impedem o escoamento das águas, provocando alagamentos e contaminação de corpos d'água, além do desperdício de recursos naturais, pois muitos desses materiais que poderiam ser reutilizados ou reciclados vão parar nos lixões.

Essa problemática que tem se acentuado, principalmente, porque a população tem aumentado nos centros urbanos, ou seja, se a população aumenta, também aumenta a produção de resíduos e as dificuldades para manter o equilíbrio ambiental. De acordo com

Rodrigues, Feitosa e Silva (2015, p. 23), “[...] o estilo de vida da população acarreta em um crescimento cada vez maior de resíduos, decorrentes da matéria-prima retirada da natureza e descartada de forma inadequada, degradando o meio ambiente”.

Compreendemos que o resultado da produção das grandes empresas, com o interesse no lucro, e o consumidor vivendo de acordo com essa lógica, parece algo até “benéfico”, porque contribui para a economia do país, mas “[...] os custos sociais e ambientais dessas práticas não compensam, por incentivar um estilo de vida consumista e um padrão de consumo e produção insustentáveis para a vida humana e para o planeta” (RODRIGUES, FEITOSA e SILVA, 2015, p.24).

Uma alternativa para esses problemas é a gestão adequada dos resíduos, prevista pela PNRS (BRASIL, 2010), que deve ser realizada de forma compartilhada por todos os atores sociais, ou seja, produtores, consumidores e o poder público devem assumir a sua responsabilidade. A partir dessa Lei o cidadão é responsável não só pela disposição correta dos resíduos que gera, mas também é importante que repense e reveja o seu papel como consumidor no sentido de promover a redução da produção de resíduos a reutilização do que for possível e a reciclagem dos materiais.

Conforme a PNRS (inciso III, Art.15), os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos devem propor “metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2012, p.5).

Ainda de acordo com o inciso IX, Art.3º, dessa Política (BRASIL, 2012) os principais geradores de resíduos sólidos são “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo”. Conforme Rodrigues, Feitosa e Silva (2015, p.25), cabe a todos esses atores agirem em busca de alternativas de produção e descarte dos resíduos que produz de forma a impactar o mínimo possível o meio ambiente, o que contribui, também, "para uma nova educação ambiental e social voltada para um consumir consciente”.

A Educação Ambiental é considerada, Art. 8º, entre outros, como instrumento da PNRS, que deve ser desenvolvida em todos os espaços como empresas, instituições educacionais e órgãos do governo, levando a sociedade, no geral, a se organizar e a verificar formas ou alternativas que contribuam para a redução da produção dos resíduos, a reutilização e a reciclagem do que foi produzido, por meio da Coleta Seletiva desses resíduos, evitando que sejam descartados em lixões ou aterros sanitários, e o descarte adequado do rejeito.

No processo de gerenciamento desses resíduos sólidos que acontece por meio da coleta, transporte e trasbordo devem ser consideradas suas particularidades durante o descarte, mas para que aconteça de forma sustentável, devem ser levados em consideração os padrões de produção e consumo, como está claro na PNRS no Art.3º, inciso XIII, que visa regulamentar a “[...] produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras” (BRASIL, 2012).

A forma de coleta de resíduos sólidos mais frequente ainda ocorre por meio de caminhões compactadores, onde os resíduos são misturados e transportados para aterros sanitários ou lixões. No entanto, essa não é a forma mais correta para o descarte, pois a maior parte dos materiais descartados poderia retornar para a indústria e também gerar renda para os catadores ligados a cooperativas e associações, responsáveis pela coleta seletiva desses materiais.

Essa forma imprópria de descarte contribui para a perda do valor econômico desses materiais, o que deveria ser avaliada e tomada medidas a partir do poder público, um dos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos e rejeitos. De acordo com a PNRS, Art. 9º, (BRASIL,2010) “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”. O que na maioria dos municípios brasileiros ainda não acontece.

Entretanto, cada resíduo tem sua característica própria e quando não acontece a seleção na fonte geradora o processo de reciclagem fica bem mais caro e, em alguns casos impossível. Isso ocorre, por exemplo, com o papel, um resíduo sólido que tem como matéria prima a madeira e apresenta características de um material seco, quando é misturado com outros materiais, inclusive molhados, perde seu valor. Por isso a PNRS exige que a coleta seja feita de forma organizada, a partir da composição de cada material, sendo eles: materiais orgânicos ou molhados, resíduos secos, em sua maioria recicláveis e rejeitos, os materiais que não servem para reciclar nem reutilizar.

Então é de suma importância o incentivo a reciclagem desses resíduos por meio da coleta seletiva, mas ela só tem resultados significativos quando há parceria com as cooperativas responsáveis pela coleta. Um dos planos municipais para que ocorra a coleta seletiva é “[...] com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2012, p.21).

Portanto, para que não haja um dano maior ao meio ambiente, é importante termos o conhecimento em relação às políticas que orientam a destinação adequada dos resíduos sólidos que produzimos e também para que possamos sensibilizar outras pessoas e colocarmos em prática o que essas políticas determinam acerca da Coleta Seletiva. Por esse motivo é tão importante a institucionalização da EA nos sistemas educacionais de todos os níveis e áreas do conhecimento.

2.2 A Coleta Seletiva

A coleta seletiva corresponde ao recolhimento dos resíduos que serão destinados para a devida reutilização e/ou reciclagem. Mas para que isso ocorra esse material deve ser previamente higienizado e separado, levando em consideração a sua constituição ou composição. Esse processo acontece por meio do cidadão, instituição ou empresa que assume a sua responsabilidade de proceder a separação correta dos materiais a serem entregues aos catadores para o devido tratamento.

A Coleta Seletiva é um dos instrumentos para colocar em prática o que determina a PNRS com relação ao gerenciamento correto dos resíduos sólidos e se caracteriza como a “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010, p.1).

Na visão de Silva et al. (2010), a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora é uma das principais estratégias para se alcançar os objetivos da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, uma vez que traz grandes contribuições, por favorecer o retorno da matéria prima ao ciclo produtivo, aumentar a renda e a consequente inclusão social de catadores de materiais recicláveis, além de mitigar os riscos à saúde desses profissionais.

Nesse processo, os resíduos secos coletados, geralmente, são transportados para centrais ou galpões onde é realizada a triagem na qual são separados, de acordo com sua composição e depois vendidos para indústrias responsáveis pela reciclagem. “A implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”, conforme disposto no Art. 54 da PNRS (BRASIL, 2012, p.44).

Atualmente a forma mais comum de coleta seletiva é a porta a porta na qual os catadores passam nas residências, estabelecimentos comerciais e outras instituições, se

apresentam e falam sobre a importância do seu trabalho, tanto para eles como para o Meio Ambiente. Na maioria dos casos as pessoas se sensibilizam e adotam esse processo ambientalmente correto e humanizado, uma vez que não precisam se expor aos riscos em lixões ou aterros sanitários. A PNRS estabelece a coleta seletiva com a inserção socioeconômica dos catadores ao definir que "o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda" (BRASIL, 2010, p.45).

Na cidade de Campina Grande – PB, existem três organizações de Catadores de materiais recicláveis, dentre elas a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENDA) é formada por catadores que realizam a coleta, porta a porta, na busca da sobrevivência. Nesse processo há o empoderamento desses profissionais por meio da formação em EA realizada pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (GGEA) da UEPB.

Conforme Cavalcante, et al (2017, p.4) a ARENSA surgiu na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no bairro do Catolé, após inquietações dos líderes comunitários daquela localidade, que questionavam a presença de catadores de materiais recicláveis informais que acondicionavam os resíduos sólidos coletados no interior e exterior de suas residências. Após um longo e intenso processo de formação em EA, com o apoio do GGEA/UEPB foi possível despertar esses profissionais que trabalhavam na informalidade para a organização em associação.

O Plano Municipal de Resíduos Sólidos do município de Campina Grande-PB, Lei Complementar nº. 087/2014, atendendo aos pressupostos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, propõe que os resíduos sólidos urbanos, previamente selecionados na fonte geradora, sejam destinados aos catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativa ou associação, visando a inclusão socioeconômica destes profissionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/BRASIL, 2017).

A Coleta Seletiva também deve ocorrer tanto por profissionais catadores autônomos, mas, principalmente, por aqueles organizados em cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Na sua maioria, esse tipo de coleta ocorre de porta a porta com o auxílio de um caminhão, em dias e horários previamente estabelecidos, como ocorre em alguns bairros de Campina Grande.

A coleta seletiva é de responsabilidade do poder público, mas também do setor produtivo e nossa. É de suma importância que as pessoas assumam sua responsabilidade pelo

consumo consciente e o descarte adequado dos resíduos que produz para que estes sejam reinseridos no ciclo de produção, contribuindo, assim, para a conservação/preservação da qualidade de vida em sua cidade e do ambiente, como um todo,

Um instrumento necessário para isso, previsto na PNRS, como vimos discutindo, é a efetivação da EA, em todos os setores da sociedade, como um instrumento que viabilize o conhecimento sobre a importância da Coleta Seletiva dos resíduos. Comprendemos que a forma mais adequada para iniciar esse processo seja a partir das instituições educativas de todos os níveis, principalmente as Universidades, que formam os profissionais de todas as áreas e podem incentivar e orientar os diversos setores da sociedade para desenvolver essa ação.

Entretanto, para que isso ocorra é necessária uma infraestrutura para a coleta e também para o armazenamento adequado desses materiais, sendo de suma importância as políticas públicas que visem erradicar os lixões ou aterros sanitários. Para tanto, “é necessário desenvolver cooperativas [e associações] de coleta seletiva e estimular a participação da população nestas organizações” (RODRIGUES; FEITOSA; SILVA, 2015, p.27).

As organizações de coleta seletiva tem crescido no Brasil como uma forma de buscarem a sobrevivência, pois pelos altos índices de pobreza, as pessoas se tornam catadoras de resíduos nas ruas ou lixões. De acordo com Rodrigues; Feitosa; Silva (2015), a formação dessas organizações oportuniza a autonomia dos catadores e, assim, a sobreviverem pela venda dos materiais coletados.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa no campo da educação ambiental, ainda em processo de construção, (GALIAZZI e FREITAS, 2007) se constitui uma oportunidade para a produção de conhecimento a partir da análise da realidade. Nessa perspectiva, compreendendo a importância dessa dimensão nos processos de formação de professores, situarmos a necessidade de analisar o lugar da Educação Ambiental nos cursos de Licenciatura do Centro de Integração Acadêmica da UEPB.

A pesquisa de caráter qualitativo (BOGDAN e BIKLEN, 2013) nos moldes da pesquisa exploratória, foi realizada no segundo semestre de 2017. Esse tipo de pesquisa, conforme Gil (2002), tem o objetivo de promover maior familiaridade com o problema visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Inclui levantamento bibliográfico, documental e entrevista, dentre outros procedimentos.

No contexto da Educação Ambiental, conforme Hart (2007, p.36), seria contraditório se as metodologias de pesquisa não “fomentassem a conscientização humana e a ação sociopolítica em relação à pesquisa educacional”, uma vez que buscam encorajar “a solução de problemas, o ativismo social e a participação em problemas sociais e ambientais”.

Dessa forma a EA visa contribuir para a construção de uma concepção de educação para a autonomia, que favoreça a participação e o exercício da cidadania e supere a concepção de “educação bancária” (FREIRE, 2005). Em virtude do caráter participativo e colaborativo, pode contribuir para a reconfiguração da prática docente, pois tem como objetivo não somente informar, ou coletar dados, mas também intervir sobre situações consideradas problema e as necessidades do grupo (IBIAPINA, 2008).

3.2 Lócus, participantes e procedimentos de pesquisa

O lócus da pesquisa foi o Centro de Educação que funciona no Centro de Integração Acadêmica - CIAC, Campos I da UEPB, localizado no bairro de Bodocongó, em Campina Grande – PB. Esse espaço agrega dois Centros: o Centro de Educação - CEDUC, formado por oito Cursos de Licenciatura em: Pedagogia, Letras Português, Espanhol e Inglês, Sociologia,

Filosofia, Geografia e História, e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, que congrega os cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Jornalismo e Serviço Social.

Os participantes da pesquisa foram os Coordenadores e alguns secretários dos Cursos de Licenciatura do CEDUC e membros da ARENSA. Os procedimentos de coleta de dados foram à observação do espaço físico, entrevista semiestruturada, cuja característica principal é a busca de dados no ambiente natural, com os coordenadores dos cursos e pesquisa documental, com base nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Assim, a pesquisa foi realizada em três etapas:

- 1 - Contato com os coordenadores dos cursos para apresentar a proposta da pesquisa e realização das entrevista com os coordenadores dos cursos de Licenciatura em: Geografia, Pedagogia e História⁵, com gravação das falas;
- 2 - Análise dos Projetos Pedagógicos de Curso - PPCs, dos cursos, para verificar a existência (ou não) de Componentes Curriculares relacionados à educação ambiental nos currículos desses cursos;
- 3 - Implantação, monitoramento e avaliação da Coleta Seletiva Solidária de Papel nos cursos de Licenciatura que compõem o CEDUC.

⁵ Nos cursos de Sociologia, Letras (Português) e Filosofia, como não foi possível realizar a entrevista com os coordenadores, enviamos o roteiro por e-mail e apenas o de Sociologia devolveu.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da organização e análise dos dados, os resultados foram organizados e discutidos de forma qualitativa a partir dos seguintes itens:

4.1 Diagnóstico Ambiental do Centro de Integração Acadêmica

O CIAC foi inaugurado em 2012 e ocupa uma área de 32 mil metros quadrados, com três pavimentos e cinco blocos com amplas salas de aula, três Auditórios, Centro de Vivência, bateria de banheiros em cada pavimento, Laboratórios de Informática e de grupos de pesquisa, setor da administração geral do prédio e de cada curso, onde funcionam os departamentos e as coordenações. Nesse espaço também funcionam duas Bibliotecas que abrigam o acervo bibliográfico dos Centros.

Em relação ao ambiente físico, esse Centro tem espaços amplos, com boa iluminação e ventilação, área verde e algumas plantas em vasos, na parte interna, se caracterizando como um ambiente propício à atividade acadêmica, no entanto, apresenta alguns problemas que foram surgindo - seja pelo mau uso da própria comunidade acadêmica ou por negligência da gestão.

Dentre esses problemas destacamos: necessidade de mais cuidado e conservação das áreas internas e externas do prédio e dos banheiros. Há também espaços subutilizados, como por exemplo, balcão ao lado dos banheiros e área subterrânea do prédio. Também observamos desperdício da água liberada pelas centrais de ar; marcas de pés nas paredes dos corredores e das salas de aula, colagem indevida de avisos e propaganda (Figura01) danificando a pintura das portas das salas de aula, apesar dos quadros de aviso. A questão do acesso, com a Plataforma Elevatória quebrada e interditada; rachaduras nas paredes; a retirada de várias árvores, para ampliação do estacionamento, sem a devida reposição; a localização dos auditórios que não favorece o acesso às salas de aula, além da presença de animais abandonados (Figura 01).

Figura 01: Marcas de pés nas paredes dos corredores; marcas de cadeiras nas paredes das salas de aula; a colagem indevida de informativos nas portas das salas de aula e a presença de animais abandonados.



Fonte: Arquivo de pesquisa

Outro problema identificado foi o tratamento dispensado aos resíduos sólidos produzidos nesse espaço (Figura 2), uma vez que, apesar da existência de coletores específicos para Coleta Seletiva⁶, nos três pavimentos do prédio, no armazenamento e na destinação final os resíduos são todos misturados, ou seja, “não respeitando os coletores coloridos”. É preciso promover a gestão dos resíduos. Nesse caso, ao invés de educar estamos deseducando. Tomando como exemplo o papel, principal resíduo produzido nesse espaço, o descarte inadequado provoca impactos ambientais nas árvores e plantas e desperdício de recursos naturais como: água e energia.

Figura 2: Coletores de Coleta Seletiva; Armazenamento dos resíduos sólidos e o local de disposição dos resíduos sólidos no CIAC, onde se verifica o descarte inadequado de resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes).



Fonte: Arquivo de pesquisa

Portanto, para minimizar esses impactos e atender ao que propõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), precisamos implementar um processo de gestão desses resíduos, que vise promover a redução da produção, ao **reduzir** o consumo, **reutilizar** o que

⁶ É importante destacar que esses coletores "tradicionais" não são adequados, pois não atendem as especificidades dos resíduos produzidos na instituição.

for possível, encaminhar para a **reciclagem** o que pode ser reciclado e, por fim, destinar, adequadamente, os rejeitos.

4.2 O Lugar da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do CEDUC

Tendo em vista a importância da Educação Ambiental, no contexto da crise ambiental contemporânea, o nosso intuito nesse estudo foi compreender o lugar dessa dimensão nos currículos dos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação da UEPB. O Quadro 01 apresenta os dados referentes a essa questão.

Quadro 01- Componentes Curriculares relacionados a Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação - UEPB.

CURSOS	COMPONENTE CURRICULAR (Obrigatório)	COMPONENTE CURRICULAR (Eletivo⁷)	PERÍODO (D/N)*	CARGA HORÁRIA (horas)
PEDAGOGIA	Educação, Sociedade e Meio Ambiente.	Não tem	5° (D)	60
			7° (N)	
GEOGRAFIA	Energia, Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável.	Educação, Planejamento e Gestão Ambiental; Hidrologia Ambiental.	7° (D/N)	75
				60
FILOSOFIA	Não tem	Filosofia da Natureza.	Livre	60
HISTÓRIA	Não tem	Não tem	-	-
SOCIOLOGIA	Não tem	Não tem	-	-
LETRAS - PORTUGUÊS, INGLÊS E ESPANHOL	Não tem	Não tem	-	-

* D/N: Diurno e Noturno; D: Diurno N: Noturno

Fonte: Projetos Pedagógicos dos Cursos

7 São Componentes Curriculares opcionais nos currículos dos cursos.

A análise dos PPCs dos Cursos de Licenciatura que compõem o CEDUC Constatou que a maioria não atende ao que preconizam a PNEA e as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, uma vez que essa dimensão não é contemplada nos currículos, ou ocorre de forma superficial. Apenas em dois desses cursos - Pedagogia e Geografia - têm componentes curriculares obrigatórios relacionados à Educação Ambiental. Enquanto o curso de Filosofia tem apenas um componente eletivo que trata dessa temática de forma muito distante e nos cursos de História, Sociologia e Letras (Português, Inglês e Espanhol) não há nenhum.

O curso de Licenciatura em Geografia tem mais componentes que abordam temáticas relacionadas ao meio ambiente, até porque tem o ambiente como objeto de estudo. Na entrevista, feita durante a pesquisa, o coordenador afirmou que os cursos de graduação estão em processo de implantação de um novo PPC e que no de Geografia tanto o anterior como o atual contemplam a dimensão ambiental, ao afirmar: "são dois componentes que trabalham especificamente a questão ambiental e da educação ambiental [...]".

Entretanto, a EA não tem prioridade, nesse curso, uma vez que o Componente Educação, Planejamento e Gestão Ambiental é eletivo. Como também na ementa deste componente a educação ambiental é apresentada de forma confusa, uma vez que inicia tratando da "Introdução e evolução dos estudos da educação ambiental", apresenta outros conteúdos relacionados aos problemas ambientais e legislação, dentre outros, e conclui com o conteúdo: "O ensino do meio ambiente na educação básica: metodologias, recursos didáticos, avaliação...". Dessa forma parece não haver clareza acerca da EA no contexto da Educação Básica, como "uma prática contínua, permanente e interdisciplinar" como propõe a PNEA e as DCNEAs dessa área.

O curso de Licenciatura plena em Pedagogia tem um Componente Curricular obrigatório que trata da temática 'Educação, Sociedade e Meio Ambiente', que integra os componentes do Básico Comum. A ementa propõe trabalhar a inter-relação entre sociedade, meio ambiente e os principais impactos da crise socioambiental, ética ambiental, cidadania e sustentabilidade e trata da Educação Ambiental a partir dos seus antecedentes históricos, concepções, objetivos, políticas públicas e Planejamento e organização do trabalho pedagógico interdisciplinar.

É importante destacar que apesar da limitação desse componente, em relação a carga horária - de apenas 60 horas aula⁸, para abordar uma temática tão complexa - o conteúdo é

8 No Currículo anterior esse Componente era de apenas 30 horas.

abrangente, atual e contempla o que propõe a PNEA (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares para a educação ambiental (BRASIL, 2012). O Componente Curricular “Ensino de Ciências Naturais”, também destacado pela coordenação, durante a entrevista, como específico da área de EA, tem conteúdos que podem subsidiar o trabalho dessa área.

O curso de Licenciatura em História não tem nenhum Componente Curricular que aborde a temática ambiental apesar de o coordenador afirmar que o “[...] novo Projeto Pedagógico do Curso de história, ele traz essa relevância de que seja inserido né! Inserido no conteúdo essa discussão, essa temática”. São desenvolvidas apenas algumas atividades extracurriculares, de acordo com o coordenador:

Diretamente não, mas na minha disciplina sim, porque a gente, quando a gente faz as aulas de campo e nas aulas de campo a gente leva geralmente pessoas da área de geografia ne, um menino que tem geografia e tem também arqueologia e conservação patrimonial a gente leva sempre um professor dessa área para que a gente leve ele pra nos sítios arqueológicos pra que eles, pra que o aluno conheça quais foram as mudanças que houveram ne e os impactos ambientais existentes ao longo do tempo, a gente leva também para uma área de conservação ambiental que é no GEOPARC lá do Cariri Paraibano, ali entre Boa Vista e Cabaceiras ne, então a gente tem esse cuidado na disciplina de pré-história, mas no geral isso é construído, isso é construído no cotidiano também das outras disciplinas que cada professor poderia falar com mais propriedade até porque o novo projeto pedagógico ele traz essa relevância de que seja inserido ne, inserido no conteúdo essa discussão essa temática (Coordenador do curso de História).

Este discurso levanta a seguinte problemática: Como os professores em sua prática poderão ‘conscientizar sobre o ambiente’ como afirmam, se no curso não há componentes, nem mesmo eletivos, que aprofundem essa temática?.

Os conteúdos relacionados ao meio ambiente, no curso em questão, são trabalhados ‘indiretamente’ - como afirmou o coordenador - no Componente Curricular Pré-história, por abordar uma concepção naturalista de meio ambiente. Ele também destaca, em seu discurso, a importância de se preservar o patrimônio ambiental e arqueológico, quando afirma que nessa disciplina: “nós desenvolvemos junto ao aluno, orientações correspondentes à questão ambiental, com as diferenciações da pré-história até o presente momento sobre a preservação e conservação do patrimônio tanto ambiental como patrimônio arqueológico [...]”.

Em seu discurso o coordenador também afirma que o homem “destrói de forma equivocada sem procurar observar as leis ambientais que foram construídas ao longo da história como preservação do espaço pra o ser humano”. Apesar de apresentar uma visão

antropocêntrica, ele reconhece a importância de abordar as questões relacionadas ao meio ambiente.

Já no curso de Licenciatura em Filosofia o único componente que aborda aspectos relacionados ao meio ambiente é “Filosofia da Natureza”, disciplina eletiva e, conforme o conteúdo da Ementa promove o “Estudo sobre o problema da natureza na tradição filosófica [...] do ponto de vista de sua fundamentação metafísica”, ou seja, ao que parece, não promove o debate acerca da crise ambiental contemporânea a partir da realidade. Quanto aos outros Cursos de Licenciatura do CEDUC (Sociologia e Letras, nas três habilitações: Português, Inglês e Espanhol), não tem componente curricular que aborde a dimensão ambiental, sejam obrigatórios ou eletivos.

Essa ausência se apresenta como fator limitante a prática da educação ambiental no contexto da Educação Básica, como evidenciou Pequeno (2014), uma vez que os professores saem da universidade sem formação específica para tratar de uma temática tão abrangente e complexa em virtude de sua multidimensionalidade.

Os coordenadores entrevistados, dos cursos de Geografia, Pedagogia, História e Sociologia, tem formação nas áreas de: Ciências Sociais, Pedagogia e História e Geografia, com pós-graduação a nível de mestrado, doutorado e especialização, respectivamente. E atuam na área da Educação com foco na Geografia Política e Geopolítica, Educação Infantil e Pré-História, respectivamente.

4.2.1 Atividades/ações de Educação Ambiental desenvolvidas nos Cursos de Licenciatura do CEDUC

Em relação às atividades e/ou ações de Educação Ambiental que são desenvolvidas nos Cursos de Licenciatura do CEDUC, conforme os coordenadores, estão vinculadas a projetos de extensão e pesquisa, por meio da Iniciação Científica e de atividades práticas relacionadas aos conteúdos dos Componentes Curriculares, desenvolvidas por “professores responsáveis”, de forma a contribuir, de alguma maneira, para a melhoria da formação dos “futuros professores”.

No curso de Licenciatura em Geografia, de acordo com o coordenador, são realizadas atividades e ações voltadas para a Educação Ambiental, tanto no contexto acadêmico como em algumas instituições escolares de Campina Grande e municípios circunvizinhos, por meio

dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), pois “[...] uma das linhas de pesquisa que abrange o TCC é exatamente a questão ambiental que é uma das temáticas mais requisitadas no curso, sejam monografias ou artigos científicos”. Como também nos Projetos de Extensão e de Iniciação Científica, ao afirmar: "boa parte dos projetos de extensão das últimas edições, muitos de nossos professores desenvolveram trabalhos de Educação Ambiental, particularmente, em algumas escolas, tanto de Campina Grande, quanto de alguns municípios circunvizinhos".

Quanto ao curso de Licenciatura em Pedagogia as atividades realizadas na área de Educação Ambiental ficam a cargo dos professores responsáveis pelos Componentes Curriculares: Educação e Meio Ambiente e Ensino de Ciências Naturais que também realizam aulas de campo, oficinas, encontros e desenvolvem projetos de Extensão e de Pesquisa nessa área, tanto em escolas públicas quanto particulares de Campina Grande e em outros municípios. Dessa forma, essa temática também é abordada em TCCs desse curso.

No curso de Licenciatura de História, apesar de não haver Componente Curricular específico relacionado à Educação Ambiental no currículo, há atividades que abordam a problemática ambiental, “numa perspectiva interdisciplinar”, como enfatizou o coordenador que é professor do Componente Pré-História:

“[...] nas aulas de campo agente leva geralmente pessoas da área de geografia ne, um menino que tem geografia e tem também arqueologia e conservação patrimonial agente leva sempre um professor dessa área, pra nos sítios arqueológicos pra que eles, pra que o aluno conheça quais foram as mudanças que houveram ne e os impactos ambientais existentes ao longo do tempo, agente leva também para uma área de conservação ambiental que é no GEOPAC lá do Cariri Paraibano, ali entre Boa Vista e Cabaceiras ne, então agente tem esse cuidado na disciplina de pré-história [...].

Fica evidente portanto, que as atividades de educação ambiental desenvolvidas, nesses cursos, ainda se caracterizam como “projetos” e/ou como atividades pontuais, o que não atende ao que propõe as DCNEAs, no Art. 8º, ao propor que:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar,

contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012, p. 3).

Apesar da importância dessas atividades, conforme Teixeira e Tozoni-Reis (2013) não contribuem para que ocorra a inserção da educação ambiental na escola “pela sua incorporação no currículo escolar”. Para essa inserção é necessário aprofundar os conhecimentos acerca dos determinantes políticos, econômicos e sociais, dentre outros, que conformam a crise ambiental contemporânea, bem como das políticas públicas que orientam essa questão.

Esse aprofundamento não é possível em um momento restrito do curso, exige que os docentes em formação, tenham acesso a informações e aprofundem os conhecimentos dessa área por meio de Componentes Curriculares específicos no “currículo” do “curso”, como propõe o Art.11º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental “A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País” (BRASIL, 2012, p.3). Isso é necessário para que possamos construir uma nova cultura orientada pela conservação/preservação ambiental a partir do respeito e do cuidado consigo, de si mesmo, com outros e com o ambiente de vivência.

4.2.2. Importância da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura, na visão dos coordenadores

Ao serem abordados sobre a importância da EA nos cursos de Licenciaturas todos os coordenadores entrevistados foram enfáticos em reconhecer a importância dessa dimensão na formação de “futuros professores”, pois é uma temática que faz parte da vida do indivíduo e afeta direta ou indiretamente a vida cotidiana. Isso é evidenciado, em seus discursos:

Claro que sim. “[...] é necessário que o professor de licenciatura em Geografia ele tenha uma formação inicial aqui, na parte de meio ambiente, para que ele possa trabalhar esses temas no ensino básico nas escolas públicas também nas escolas privadas, já que é uma temática fundamental, não só nos livros, como também do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (Coordenador do curso de Geografia).

Sim. A discussão sobre o Meio Ambiente é importante dentro de qualquer área/campo do conhecimento. Na Educação, mais especificamente no curso de Pedagogia, a relevância ganha saliência no âmbito da formação docente, haja vista a necessidade de se aprofundar estudos e discussões, com vistas na concretização de ações que possam subsidiar práticas pedagógicas e curriculares na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Coordenadora do curso de Pedagogia).

Evidentemente que sim, [...] porque se nós não tivermos o cuidado, o zelo de conscientizar aqueles que serão os futuros educadores do nosso país para que eles entendam, para que eles compreendam a necessidade da preservação e conservação do patrimônio ambiental e arqueológico, nós estaremos cometendo um crime contra a nossa, é, posteridade. Então nós precisamos acima de tudo, conscientizar, precisamos acima de tudo discutir, debater e promover né, um ambiente propício para que o aluno e o futuro profissional de história ele tenha toda uma consciência voltada né, para essa área, para essa área de conservação ambiental (Coordenador do curso de História).

Nas falas dos coordenadores fica claro o posicionamento favorável à inserção da Educação Ambiental nos processos de formação de professores. Entretanto, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos evidenciou que ainda há um caminho a ser percorrido no sentido de atender ao que determina a Constituição Federal, referendada pela Política Nacional de Educação Ambiental e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (BRASIL, 1988; 2012), em relação a inserção dessa dimensão nos currículos dos cursos de formação de professores de todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Dando sequência à busca de conhecimento acerca do lugar da EA nos cursos de Licenciatura, perguntamos aos Coordenadores desses cursos se conheciam a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei Nº 9.795, de Abril de 1999, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Resolução Nº 2, de 15 de Junho de 2012, e se o curso que coordenam estava cumprindo essa legislação. Apesar de reconhecerem a existência e destacarem a importância desses documentos, todos demonstraram, em seus discursos, que não tem conhecimento acerca dessas políticas públicas, como evidenciam seus discursos:

“Como faz muito tempo que trabalhei com a parte de meio ambiente realmente de certa forma eu estou meio desatualizado, não tenho muito conhecimento quanto às políticas”.

“Não tenho o devido conhecimento acerca da Política Nacional de Educação Ambiental ou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, mas tenho conhecimento da existência de ambas, bem como da sua importância”.

“Dentro daquilo que nós conhecemos a gente tem procurado, procurado, assim uma atualização nisso ai [...]”.

Compreendemos que o processo de formação de professores em qualquer área de conhecimento, e mais especificamente da educação ambiental, exige o conhecimento das políticas que o orientam. Os futuros e/ou atuais professores devem ter conhecimento acerca das políticas que orientam os processos educacionais que irão desenvolver ou já desenvolvem para que possam promover uma prática coerente e que contribua com a transformação da realidade.

Teixeira e Tozoni-Reis (2013) destacam a necessidade de práticas educativas voltadas para a inserção da EA na Educação Básica, a partir da produção do conhecimento no âmbito da formação de professores nessa área. E reconhecem que nessa formação “a temática ambiental é negligenciada”.

Nesse contexto, os resultados deste trabalho evidenciam que a Educação Ambiental ainda não encontrou lugar ou é ainda muito incipiente na maioria dos cursos de formação de professores do Centro de Educação da UEPB, pois não tem Componentes Curriculares que abordem essa dimensão. E aqueles que a desenvolvem adotam perspectivas pontuais uma vez que ainda não conseguem articular-se com outros Componentes Curriculares, como propõem as Políticas da área; nem com a gestão, realidade do ambiente acadêmico.

A maioria dos Cursos de Licenciatura ainda não concretizou nem a Ambientalização Curricular, que se caracteriza como a inserção tanto de critérios, como de conhecimentos voltados a questões ambientais, a valores sociais e estéticos nos estudos Curriculares Universitários, com o objetivo de educar para a sustentabilidade socioambiental por meio dos, Projetos Pedagógicos e dos Planos de Ensino que atendam as questões ambientais e sua complexidade. Além disso, é necessário que os conteúdos a serem ministrados tenham relação com a atividade humana e o ambiente. De acordo com Guerra e Figueiredo (2014, p.111) “Ambientalizar o currículo não é uma ideia nova, mas transformadora”, pois buscam implantar no meio educacional, atitudes e inovações conceituais e metodológicas no que se diz respeito à questão ambiental.

Essa realidade ratifica a necessidade da “Ambientalização Curricular” na Educação Superior (COSTA, 2009; GUERRA; FIGUEREDO, 2014), ou de uma perspectiva mais ampla e coerente, por meio de uma política institucional que promova a Ambientalização da Universidade, que de acordo com Guerra e Figueiredo (2014, p.116), "envolve não só o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental do campus universitário, como um

processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos “espaços educadores sustentáveis” que engloba as três dimensões: o currículo, a gestão e o espaço físico, esse parece ser um grande desafio para a Universidade, destacado por diversos autores, uma vez que.

O processo de ambientalização exige flexibilidade, diálogo de saberes, sociabilização de conhecimentos de diferentes áreas, mudanças de atitudes e estilos de vida e vivência de princípios e valores ambientais. Além disso, o compromisso de toda a comunidade universitária e escolar na transformação da realidade e na incorporação da cultura da sustentabilidade socioambiental como política institucional nas universidades (COSTA; GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p.122).

Dessa forma, Leff (2004, p.217) também chama a atenção para as mudanças que envolvem os diversos setores uma vez que “[...] a ambientalização da educação é um processo mais complexo do que a ensablagem de disciplinas dispersas” nos cursos. Para assumirem o compromisso nesse complexo processo de ambientalização e atender aos desafios proposto pelas políticas públicas da EA e pela realidade das universidades, deve ser realizado por meio de um compromisso da comunidade universitária em geral.

4.3 Implantação da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

A Coleta Seletiva Solidária de Papel é uma nova forma de gestão dos resíduos no âmbito das instituições públicas, somada a princípios estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, objetivando a geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis. “Essa é uma alternativa para contribuir com as cooperativas e associações de catadores para que possam alcançar maior escala de produção e obter maior renda na comercialização dos materiais, além de agregar valor ao produto pelo beneficiamento dos materiais” (BRASIL, 2008, P.14).

Essa perspectiva contribui de forma direta para o benefício das famílias mais pobres que estão inseridas em Associações e Cooperativas e, de forma indireta para a redução dos impactos ambientais que os processos de produção e consumo exacerbado de mercadorias têm, conseqüentemente gerando mais resíduos sólidos. Então por sermos os principais responsáveis pelo descarte correto dos resíduos que produzimos vemos a importância de por

meio da Educação Ambiental, promover nas instituições educativas processos Coleta Seletiva de resíduos.

Como forma de contribuir, concretamente, com o processo de Ambientalização Institucional da UEPB, Campus I, implantamos, experimentalmente, a Coleta Seletiva de Papel Solidária, nos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação e nos dois setores de Xerox, com base nos princípios da corresponsabilidade, prevenção e cooperação, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). Como também, contribuir com a redução de impactos ambientais resultantes da falta de gerenciamento dos resíduos nessa instituição e a demanda sobre os recursos naturais, bem como com a inclusão social de catadores/as de materiais recicláveis, uma vez que os papeis serão recolhidos pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida - ARENSA.

O processo de implantação se deu em cinco etapas:

- 1 - Pesquisa sobre a melhor e mais viável possibilidade de Caixas Coletoras;
- 2 - Preparação das Caixas Coletoras e de um folder informativo sobre o processo da Coleta Seletiva;
- 3 - Realização de uma Reunião Extraordinária, convocada pela Direção do CEDUC, com coordenadores/as e Secretários/as dos Cursos de Licenciatura participantes da pesquisa para sensibilização e entrega dos coletores e do Folder Informativo (Apêndice);
- 5 - Monitoramento e avaliação do processo.

Também entregamos aos coordenadores/as dos Cursos de Licenciatura do CEDUC, uma pasta contendo as principais políticas públicas da EA: a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), além da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), como uma forma de subsidiar a implementação da Coleta Seletiva Solidária de Papel, nesses cursos.

Essa implantação teve início com a pesquisa e compra do material a ser utilizado, ou seja, as caixas coletoras de plástico, na cor azul, sendo duas de maior tamanho para os setores de xérox, com capacidade para 50 litros e oito de menor tamanho, com capacidade para 30 litros (Figura 03) para as coordenações dos cursos de licenciatura, envolvidos na pesquisa, compradas com os recursos financeiros da Taxa de Bancada do PIBIC.

No momento da escolha das caixas coletoras fizemos uma análise, com o objetivo de verificar o material mais adequado para a coleta seletiva de papel. Inicialmente pensamos em caixas de papelão (caixas de resmas de papel), mas verificamos que não era o melhor opção

em relação a durabilidade, então optamos pelas de plástico, por ser um material mais resistente.

Figura 03: Caixas Coletoras de Papel para a Coleta Seletiva



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Em seguida, providenciamos o papel adesivo, na cor branca, e procedemos a identificação das caixas coletoras adesivando o símbolo da reciclagem e o tipo de material que seria coletado: Papel (Figura 04).

Figura 04: Preparação das Caixas Coletoras de papel



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Na Sequencia, apresentamos a proposta à Direção do CEDUC e solicitamos apoio para realização de um Encontro para apresentação da proposta, sensibilização e entrega das Caixas Coletoras de papel aos/as coordenadores/as e aos respectivos secretários/as. Foi então convocada uma Reunião Extraordinária.

Na Reunião Extraordinária fizemos a apresentação dos resultados da primeira etapa da pesquisa referente ao Lugar da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação da UEPB e da proposta da Coleta Seletiva de Papel Solidária: significado, objetivos e importância desse trabalho para o CEDUC e, conseqüentemente, para a Universidade, os catadores da ARENSA e para o meio ambiente.

Nessa reunião tivemos a participação da Presidente da ARENSA (Figura 05) que, em virtude de sua experiência no trabalho de coleta e divulgação, falou com muita propriedade sobre a importância de selecionarmos os resíduos sólidos que produzimos tanto nas nossas casas, como na universidade, bem como sobre o porquê da coleta seletiva de papel e sua importância social, econômica e ambiental, nesse caso, melhorar a renda dos catadores ligados a Associação, além de preservar o meio ambiente ao evitar a derrubada de árvores e, conseqüentemente, o desmatamento.

Figura 05: Participação da Presidenta da ARENSA na Reunião Extraordinária.



Fonte: Arquivo de pesquisa

Na sequência foi aberto o debate com a participação da maioria dos que estavam presentes. Ao término, as Caixas Coletoras de Papel foram entregues a cada Coordenador/a ou Secretário/a dos cursos (Figura 06). Percebemos que houve apenas a participação de cinco coordenadores ou representantes dos cursos de: Letras Espanhol, Inglês e Português, o coordenador de Ciências Sociais, a secretária do Curso de Pedagogia e alguns outros funcionários como o diretor do Departamento de Sociologia. Também foi entregue o folder explicativo para orientá-los no processo da coleta seletiva de papel.

Figura 06: Entrega das caixas coletoras e do folder explicativo



Fonte: Arquivo de pesquisa

No dia seguinte, entregamos as Caixas Coletoras de Papel e o Folder nas coordenações cujos coordenadores e/ou secretários não participaram da reunião de lançamento da Coleta Seletiva: Geografia, História e Filosofia e conversamos um pouco explicando e tirando dúvidas acerca do processo (Figura 07). Depois, também realizamos a entrega das Caixas Coletoras nos dois setores de Xerox, um no terceiro andar do CIAC e outro no primeiro. Ao realizarmos a entrega das caixas coletoras também fizemos uma breve explicação sobre o processo da coleta de papel que estávamos implantando no CEDUC e entregamos o Folder Explicativo.

Figura 07: Entrega das caixas coletoras e do Folder nos cursos que não participaram da Reunião



Fonte: Arquivo de Pesquisa

4.4 Monitoramento da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

Decorrido o período de um mês da implantação da Coleta Seletiva de Papel no CEDUC, no intuito de promover o monitoramento do processo, voltamos às coordenações dos cursos para observar como estava sendo realizada e proceder a pesagem do papel armazenado nas Caixas Coletoras. Inicialmente organizamos os materiais necessários (uma folha de papel para as anotações, lápis e uma balança *Eletronic Kitchen Scale*, SF-400, com capacidade de 10kgX1g/350ozX0.1oz).

Iniciamos esse monitoramento pelo Centro de Ciências Sociais. Como o secretário que estava presente não participou da reunião de lançamento da Coleta Seletiva de Papel, falamos um pouco sobre a proposta da coleta e pesamos o papel. Conforme a Figura 08, nesse curso houve descarte de pouco papel, pois reutilizam alguns papéis para fazer blocos de anotações.

Figura 08: Caixa Coletora da Coleta Seletiva Solidária de Papel no Curso de Sociologia



Fonte: Arquivo de pesquisa

Na coordenação de Pedagogia a secretária participou da reunião de lançamento da Coleta Seletiva de papel, ao observar a Caixa Coletora verificamos que as orientações apresentadas e que constam no Folder não estavam sendo seguidas, pois os papéis descartados em sua maioria eram amassados (Figura 09). Pesamos o papel, e constatamos que a maior parte era reciclável. Segundo a secretária, nessa coordenação quase não se reutiliza papel.

Figura 09: Caixa Coletora de Papel no Curso de Licenciatura em Pedagogia



Fonte: Arquivo de Pesquisa

Na coordenação do curso de Licenciatura em História, a secretária participou da reunião de lançamento da Coleta Seletiva de Papel. Pesamos o papel e constatamos que nessa coordenação os funcionários também reutilizam alguns papéis para fazer blocos de anotações. O papel descartado na sua maioria era reciclável e estava amassado (Figura 10).

Figura 10: Caixa Coletora de Papel no Curso de Licenciatura em História



Fonte: Arquivo de Pesquisa

Quanto ao Departamento de Letras, que congrega as Licenciaturas em Português, Inglês e Espanhol, foi entregue apenas uma caixa coletora para as três coordenações, fomos atendidas pelo secretário do curso de Português que participou da reunião de lançamento da Coleta Seletiva de Papel. No momento da pesagem do papel percebemos que ele se interessou pela pesquisa pelo fato de falar com clareza sobre os papéis que podiam, ou não, ser reciclados. Como também por ter falado, ao ver papéis não recicláveis na Caixa Coletora, que informou aos colegas e alguns ainda não haviam feito a seleção correta. Então, ele pegou a caixa coletora e retirou o papel não reciclável.

No momento de pesar o papel descartado, o secretário sugeriu outra maneira que facilitou bastante o nosso trabalho. O processo de coleta de dados nos proporcionou novas experiências e uma forma de envolver os participantes da pesquisa. Então, 669.48g foi a quantidade de papel descartado no departamento de Letras. Verificamos que nesse Departamento também reutilizam alguns papéis na confecção de blocos de anotações e que o papel pesado era 100% reciclável (Figura 11).

Figura 11: Caixa Coletora de Papel dos Cursos de Licenciatura em Letras: Português, Inglês e Espanhol



Fonte: Arquivo de pesquisa

Na coordenação do curso de Geografia apesar de o secretário não ter participado da reunião de lançamento da Coleta Seletiva de Papel, demonstrou que leu o Folder Explicativo pelo fato de fazer um breve comentário sobre quais os papéis seriam recicláveis, ou não, e nos mostrar o papel armazenado na coordenação. Pesamos o papel e constatamos que não descartaram corretamente, pois havia papel não reciclável na caixa (Figura 12) e que também reutilizam alguns papéis para fazer blocos de anotações.

Figura 12: Caixa Coletora de Papel no Curso de Licenciatura em Geografia



Fonte: Arquivo de Pesquisa

Por último, na coordenação de Filosofia realizamos a coleta dos dados, mas antes pelo fato de não terem participado da Reunião de lançamento da Coleta Seletiva de Papel, falamos brevemente sobre a pesquisa como uma forma de contribuição com a Universidade. Percebemos que o Diretor do Departamento se interessou bastante pela pesquisa ao falar: “Eu gostaria muito de estar presente no momento de pesar o material”, o que não foi possível.

Ao retornar para pesar o papel percebemos que os funcionários que nos receberam no momento de entrega das Caixas Coletoras não se encontravam nesse setor e que os que estavam presentes não se envolveram muito com a coleta. Realizamos uma breve explicação do processo e pesamos o papel. Verificamos que não era 100% reciclável (Figura 13), aspecto

que não facilita o trabalho dos catadores. Nesse curso também reutilizam alguns papéis fazendo blocos de anotações.

Figura 13: Caixa Coletora de Papel no Curso de Licenciatura em Filosofia



Fonte: Arquivo de Pesquisa

Quanto as duas Caixas Coletoras maiores a serem entregues nos setores de xérox, do primeiro e terceiro andares, pelo setor da administração do CIAC, não ocorreu. Então, dias depois do lançamento da Coleta Seletiva de Papel realizamos essa entrega e explicação do processo. Verificamos que não houve muito interesse dos proprietários do primeiro andar em virtude das justificativas: “Eu não tenho tempo de separar e o espaço é apertado, não cabe”. Como também a disputa entre os dois setores quando um deles fala: “Compare lá em cima, o espaço é enorme, olha como o da gente é pequeno”. Dessa forma a Caixa ficou no setor da administração do CIAC e o processo de coleta não atende as orientações, uma vez que estava amassado (Figura 14).

Figura 14: Caixas Coletoras de Papel dos setores de xérox



Fonte: Arquivo de pesquisa

Entretanto, no terceiro andar houve um proprietário de Xerox que se propôs a "abraçar a causa". Inicialmente quando fomos convidá-los para participar alguns ficaram calados, outros disseram que não descartavam muitos papéis, mas devemos esclarecer que realizamos

contato mais direto com apenas dois deles, um que deu algumas desculpas para não se envolver e outro que aceitou participar.

É necessário destacar que durante o processo de monitoramento da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC fomos bem recebidas ao chegar às coordenações e que uns secretários nos ajudaram, demonstrando interesse pela pesquisa, outros não. Apresentamos, no Quadro 02, uma síntese dos resultados desse processo, destacando a quantidade de papel reciclável descartada pelos cursos de licenciatura, no período de um mês, e a situação do papel descartado.

Quadro 02: Síntese do monitoramento da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

CURSOS	QUANTIDADE DE PAPEL	SITUAÇÃO DO PAPEL
SOCIOLOGIA	10g	INTEIRO
HISTÓRIA	354g	A MAIORIA AMASSADO
LETRAS: PORTUGUÊS, INGLES E ESPAÑHOL	669,48g	RASGADO E INTEIRO
FILOSOFIA	700, 705g	AMASSADO, RASGADO E INTEIRO
GEOGRAFIA	700, 992g	INTEIRO
PEDAGOGIA	2.818 Kg.	A MAIORIA AMASSADO

Fonte: Arquivo da Pesquisa

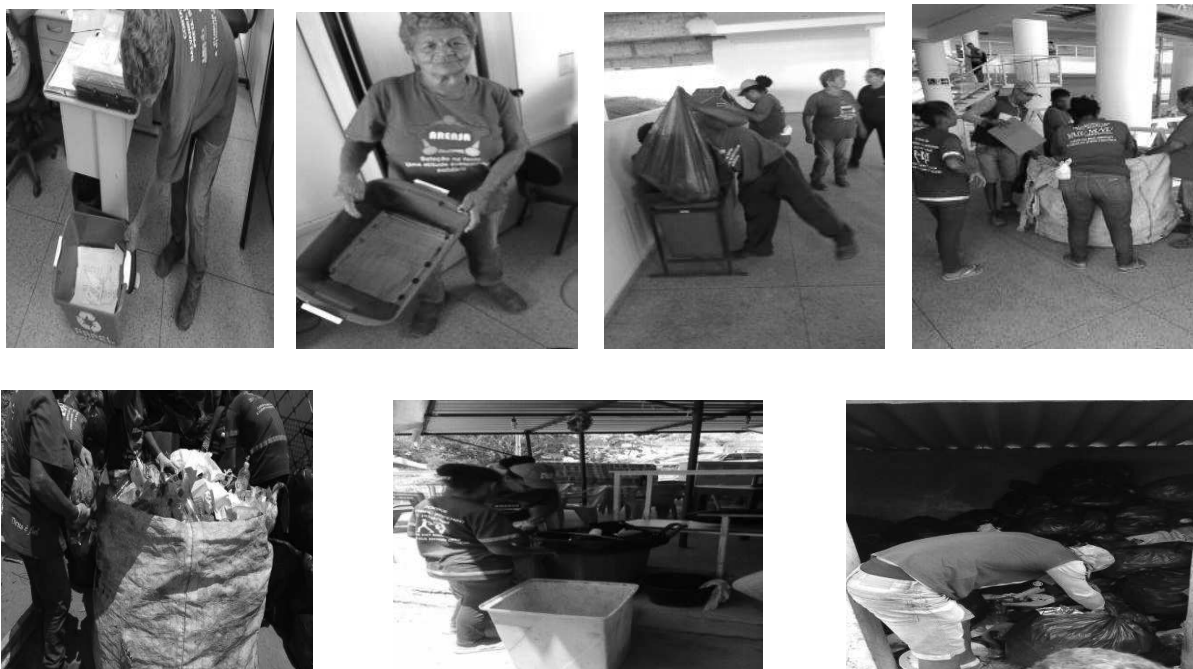
Ao realizar a avaliação, mesmo que superficial, do processo de Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC, (Quadro 02) percebemos que no período de um mês o Curso de Licenciatura que acumulou a maior quantidade de papel, em relação aos outros cursos, foi o de Pedagogia, já os que obtiveram a menor quantidade foram os Cursos de Licenciatura em Sociologia e História. Essa diferença foi justificada, pelos secretários desses cursos, pela

reutilização, ou não, de papel nesses setores. Enquanto nos demais Cursos de Licenciatura em Geografia, Filosofia e Letras (Português, Inglês e Espanhol), o volume de papel acumulado obteve resultados aproximados.

Essa atitude de reutilizar o papel, atende ao que propõe a PNRS (BRASIL, 2010) como uma importante etapa do processo de gestão dos resíduos sólidos, ao propor, no Art. 9º, que deve-se dar prioridade a: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL,2010). No entanto, apesar da justificativa da reutilização, apresentada pelos secretários, não foi possível verificar se o volume de papel acumulado está relacionado ao maior consumo de papel.

Após a pesagem do papel solicitamos que a ARENZA viesse realizar o recolhimento. Durante a coleta os catadores se mostraram muito satisfeitos e não coletaram apenas os papéis das coordenações, mas todos os materiais recicláveis que estavam nos “coletores” dos diversos setores do CIAC, que apesar de separados por cores, não realiza a seleção dos resíduos, uma vez que são misturados, armazenados em sacos plásticos e entregues a coleta regular, conforme a Figura 15. Para essa coleta os catadores tiveram o apoio de um caminhão coletor (Figura 16).

Figura 15: Recolhimento do papel da Coleta Seletiva Solidária, nas coordenações, e de outros materiais recicláveis pela ARENZA.



Fonte: Arquivo da pesquisa

Figura 16: Caminhão da Coleta Seletiva que apoia a ARENZA



Fonte: Arquivo de pesquisa

A partir desses dados podemos perceber que em uns cursos há alguma responsabilidade no que diz respeito ao cuidado com o Meio Ambiente, todavia em outros ainda existe um certo descaso, devido à falta de preocupação com a quantidade de papel descartado e com a reutilização do mesmo.

Quanto a participação, alguns funcionários das coordenações participaram mais ativamente da coleta Seletiva de Papel e outros não. Como também que uns cursos deram mais importância que outros. No Curso de Letras, por exemplo, que participou desde a reunião de lançamento da proposta, os funcionários coletaram o papel com mais empenho e entendimento do que estavam fazendo, ou seja, mais se envolveram.

Em outros, percebemos que houve o entendimento acerca do objetivo da Coleta Seletiva de Papel, mas não realizaram a seleção correta do papel, apesar da orientação durante o lançamento e da entrega do Folder Explicativo. Isso indica que o processo de sensibilização deve ser contínuo. Alguns coordenadores e secretários mesmo não tendo participado do lançamento demonstraram interesse pela pesquisa durante a entrega das Caixas Coletoras, como, por exemplo, os Departamentos de Geografia e Filosofia.

Nos outros cursos alguns funcionários compreenderam o processo da Coleta Seletiva de Papel mais do que outros, o que evidencia a necessidade de ampliação do processo de sensibilização, por meio de mais encontros, para estimular a participação de todos e a compreensão acerca da importante contribuição de cada um tanto para os catadores quanto para o meio ambiente, do CIAC, da cidade e do planeta como um todo.

5 Avaliação do processo de Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

O processo de acompanhamento e avaliação da Coleta Seletiva Solidária de Papel aconteceu em dois períodos: o primeiro um mês após a implantação e o segundo no final do processo, com o objetivo de verificar se o processo estava sendo realizado corretamente e corrigir possíveis falhas. Nessa avaliação obtivemos bons resultados, conforme os relatos dos participantes, que não apontaram dificuldades, apenas um dos cursos não recebeu a visita da ARENSA, para recolhimento do papel, provavelmente em virtude de sua localização, por ser um Departamento isolado dos demais.

Para a análise final do processo de coleta seletiva, voltamos aos Departamentos de cada Curso de Licenciatura do CEDUC, e mantivemos contato com os representantes por meio de dois questionamentos: Houve alguma dificuldade no processo da Coleta Seletiva Solidária de Papel? Há alguma sugestão para melhorar esse processo? É importante esclarecer que nesse momento, por esperarmos a participação de todos os funcionários de cada Departamento e não apenas dos coordenadores, realizamos essa entrevista com aqueles que estavam disponíveis.

O que chamou atenção foi que mesmo sem a participação de todos os funcionários dos Departamentos, muitos estavam bem informados com relação ao processo de Coleta Seletiva Solidária. Apenas em um deles percebemos, por meio dos relatos, que alguns funcionários ainda não compreendiam muito bem o objetivo do projeto e procuramos esclarecer. Verificamos que a entrega do Folder, foi importante, pois orientou os participantes na realização da coleta apesar de, nesse momento, ainda termos percebido que o papel ainda não estava sendo selecionado adequadamente, em alguns Departamentos.

5.1 Dificuldades no processo da Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

Conforme o discurso dos participantes da Coleta Seletiva de Papel, em cada curso, não houve dificuldades no processo, como evidenciam, a seguir:

“Não houve nenhuma dificuldade, pelo contrario, eu achei extraordinária a ideia né? A gente já fazia faxinas aqui, tirava papel e colocava o papel e sempre cobrava isso né da professora Gorete, sempre, aconteceu de varias vezes dela vim aqui ver, e eu

dizia a ela, professora vamos rever isso aqui, então pra mim foi extraordinário, eu amo rasgar papel e colocar aqui por que eu sei que vai ter (Secretária do Curso de Licenciatura em Pedagogia).

Não, não tivemos nenhum, nenhum problema não, nos nossos três cursos, Português; Inglês e Espanhol vem funcionando normalmente, como foi desmembrado e foram para outra sala eles também pedem a vocês, agora uma nova Caixa Coletora, pra botar no novo setor deles, na coordenação. E o funcionamento tá normal, os catadores vem em cada semana, ou mais em quinze dias e recolhe normalmente, nunca teve nenhum problema não (Secretário do Departamento de Letras).

Na verdade não exatamente uma dificuldade, mas uma necessidade, porque sou Secretaria da Coordenação de Letras e quando estávamos na mesma sala do departamento em que há a caixa era super útil né? A gente realmente colocava todos os papéis que iriam para o lixo comum na caixa coletora sendo que e como houve o desmembramento e estamos em outra sala agora, em alguns dias agente consegue separar o papel e levar para a sala do departamento, mas em outros na correria do dia a dia agente não consegue fazer isso, então seria muito interessante se a gente conseguisse uma caixa coletora aqui pra sala (Secretária do Curso de Letras).

Não transcorreu tudo bem, as pessoas vieram coletar o material? Vieram, não tive nenhum dificuldade, dentro do prazo marcado eles combinaram a data de vir pegar, deu tudo certo (Secretária do Curso de Licenciatura em História).

Não até o momento, nós não tivemos problema, inclusive pra gente foi até bom porque nós, é o papel que nós fazíamos alguns rascunhos aqui, às vezes sobrava que nós utilizamos frente e verso do papel nós estamos colocando ali no deposito e o processo foi tranquilo e se deu normalmente e conscientizando todo papel que nós tínhamos aqui nós íamos colocando ali na caixinha de coleta (Secretário do Curso de Licenciatura em Sociologia).

Quanto a coleta não tivemos nenhuma dificuldade. É, é, na realidade a gente aproveita bastante papel pra rascunho, mas os que não foram possíveis aproveitar, fomos acumulando na caixa, da coleta seletiva. Também aproveitamos a oportunidade pra fazer o descarte de alguns papéis que estavam arquivados, fazendo uma seleção da documentação que já estava fora de prazo, alguns trabalhos arquivados, pra que também pudesse colocar pra coleta seletiva (Secretária do Curso de Licenciatura em Filosofia).

Eu sou Servidora da Universidade efetiva do Departamento de Geografia, bom, a proposta pra gente foi superinteressante inicialmente, porque, assim, eu tenho oito anos como servidora da Universidade e até então eu nunca tinha vislumbrado nenhum tipo de proposta como essa dentro da Universidade. No inicio do projeto mesmo foi complicado pra gente se adaptar a situação de sempre lembrar do cestinho e fazer o descarte da maneira como foi orientado, mas acho que isso durou as primeiras semanas, depois já entrou no cotidiano, no dia a dia da gente mesmo, Com relação ao pessoal que vem buscar, foi tranquilo, agente nunca teve a dor de cabeça, por assim dizer de tá lá extrapolando os limites do cesto e não ter isso, até porque agente tinha o numero de contato pra tá entrando na necessidade de vir antes do determinado (Secretária do Curso de Licenciatura em Geografia).

Não, nenhuma, porque todo material, que sai daqui da nossa copiadora, as peças, nós colocamos ai dentro dessa caixinha, e de quinze em quinze dias, elas vem recolhe e quando está cheia nós falamos com a professora Gorete, ela vem, liga pra lá e eles vem (Xerox I).

Outros funcionários das Xerox falaram que entregaram o papel para um deles que ficou como responsável pelo descarte do papel (Xerox I).

Não, pra mim não teve, que a professora veio e me explicou, eu falei pra ela que eu não tinha como separar, ai eu junto tudo aqui dentro da caixa ai o rapaz da limpeza

vem ele separa a minha caixa da minha copiadora ele separa o papel que ele se interessa e coloca na caixa que ela colocou ali na gerencia (Xerox II).

5.2 Sugestões para melhorar o processo de Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

A - Que haja expansão da Coleta Seletiva para a sociedade no geral.

A sugestão seria que houvesse uma expansão, eu acho que o pessoal que vem buscar, por exemplo, devia deixar mais contato, entrar em contato conosco enquanto sociedade. Na minha casa mesmo eu tive a experiência de rasgar muitas apostilas, muito papel e não tive como entrar em contato com o pessoal. (...) Então se houvesse mais essa comunicação entre o projeto e a sociedade né? No caso aqui pronto, eles estão aqui, então existe essa possibilidade de entrar em contato conosco enquanto sociedade e expandir (Secretária do Curso de Pedagogia).

B - Não tenho, acho que funcionou tudo normal

É o 'cartazinho' que vocês pregaram que fica junto da caixa coletora é auto explicativo, dá pra gente tirar duvidas. No começo tivemos umas dificuldades sobre o tipo de papel, alguns cartazes que são mais grosso, que não sei o que, mas já explicaram a gente que não podia ai agora está tudo funcionando normalmente (Secretário do Curso de Licenciatura de Letras).

C - Colocar uma Caixa Coletora em cada sala

Pra melhorar eu acredito se vocês conseguissem colocar uma caixa coletora em cada sala porque ai não teria outro argumento para que todos não participasse desse Coleta Seletiva, então eu acho que seria maravilhoso (Secretário do Curso de Licenciatura de Letras).

D - Que a Universidade dê continuidade a essa iniciativa

Que a Universidade continuasse com essa iniciativa, uma vez que as coordenações, Departamento né? A instituição como um todo trabalha com esse material, com papel, documento, tudinho e até pra o descarte correto desse material é uma iniciativa boa (Secretaria: do Curso de Licenciatura em Sociologia).

E - Que a coleta seja feita num prazo mais curto

Nesse caso como foi a nossa primeira participação ne, a primeira vez que agente participa e como agente fez essa seleção de documentação e de papéis arquivados, agente ficou com um numero, assim uma quantidade grande de coleta aqui no departamento pelo menos no início e depois e depois né? Que o departamento não fica com tanto papel acumulado ai pode rever essa questão do prazo mesmo de coleta. Quanto a, ao material que agente conseguiu reservar pra Coleta Seletiva estamos, agente está aguardando que a ARENSA venha fazer essa coleta. Não aconteceu essa coleta nenhum período aqui (Secretária Curso de Licenciatura de Filosofia).

F- Que essa coleta seja ampliada até para outros Campi

Que se amplie isso, até pro outros Campi, até porque é uma proposta muito interessante, correta ecologicamente e é só uma questão de adaptação, não atrapalha em nada o nosso serviço, não atrasa em nada é só entrando dentro do dia a dia, do cotidiano, agente se adapta rapidinho e ambas as partes são beneficiadas por isso. (Secretária do departamento de Geografia).

G - Não está bom, pois não produzimos muito papel

Não, não, está bom num é? Nós não produzimos muito papel né, vocês reutilizam também né, algumas, reutilizamos, outras não, outras descartamos mesmo (Funcionário da Xerox I).

H - Está bom, tranquilo, até agora tá dando certo

Não pra mim tá bom, tá tranquilo, até agora tá dando certo, porque João sempre separa (Funcionário da Xerox II).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a Educação Ambiental, como uma dimensão do processo educativo contínuo e permanente, na perspectiva dos direitos constitucionais: a educação de qualidade e um ambiente “equilibrado”, implica na necessidade de consolidar as determinações das políticas públicas, dessa área, no sentido de inserir, de fato, essa dimensão nos processos de formação de professores. Nas Instituições de Ensino Superior essa inserção deve ocorrer tanto a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental quanto dos Projetos Institucionais mais abrangentes, como propõe a Política Nacional.

Entretanto, o cumprimento dessa determinação ainda é um desafio a ser superado, uma vez que, a análise do lugar da Educação Ambiental nos cursos de Licenciatura do Centro de Educação da UEPB, a partir dos novos Projetos Pedagógicos dos Cursos, aprovados no primeiro semestre de 2017, revelou ser este um tema ausente e/ou superficialmente abordado tanto nos currículos quanto nas atividades onde aparece na maioria das vezes, como ações isoladas e/ou como iniciativa pessoal de alguns professores, em Componentes Curriculares, projetos: de pesquisa e extensão e Trabalhos de Conclusão de Cursos. Essa realidade, que ainda é comum em diversas universidades, não contribui para a inclusão dessa dimensão nos sistemas de ensino da Educação Básica.

Nesse contexto, o fato de a Educação Ambiental ser tratada como componente eletivo e não obrigatório - com exceção dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Geografia, os únicos abordar a EA em um Componente Curricular obrigatório - mesmo de forma isolada no curso, pouco contribui para a formação ampla que essa temática exige. Como também, a ausência dessa dimensão no Projeto Institucional envolvendo, também, a gestão e o espaço físico, contribui para que não tenha visibilidade.

A análise das entrevistas evidenciou nos discursos dos coordenadores, uma concepção de Educação Ambiental que poderíamos considerar como reducionista e limitada, uma vez que a discussão sobre meio ambiente parece ser específica de algumas áreas como a Geografia e Ciências da Natureza. Essa questão pode ser justificada pelo desconhecimento das principais políticas que regulamentam essa temática nos sistemas de ensino de todos os níveis e modalidades da educação conforme a Política Nacional de EA (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (BRASIL, 2012).

Dessa forma, verificamos que a EA não é adequadamente considerada, no ensino superior. Esse fato, já relatado por outros estudos, indica a necessidade de ampliar esse estudo

no sentido de apontar caminhos para que a universidade possa atender as demandas da crise ambiental contemporânea e contribuir com a formação de profissionais "preparados" para promover essa discussão no contexto da Educação Básica e outros setores da sociedade.

A implantação da Coleta Seletiva de Papel Solidária no CEDUC foi uma forma de contribuir tanto com o meio ambiente como o ambiente universitário, pois vimos que por ser o papel um dos materiais mais utilizados pela Academia, poderíamos desenvolver um trabalho que contribuísse para que este material fosse descartado corretamente, bem como uma ação social relevante de apoio ao trabalho dos catadores.

Percebemos, desde a Reunião de sensibilização e lançamento dessa proposta, que a maioria das pessoas ainda não está sensível ou não dá importância à questão ambiental, em virtude da proporção entre a quantidade de pessoas que foi convidada (em torno de 40 pessoas) e a que compareceu (12 pessoas). Entretanto, esse grupo foi muito relevante, pois conseguiu mobilizar outros e a coleta aconteceu. Em alguns cursos, como por exemplo o de Ciências Sociais e Letras houve mais envolvimento que em outros, evidenciando a necessidade de melhorar o processo de sensibilização que deve ser contínuo.

Em relação ao volume de papel selecionado o Curso que mais acumulou foi o de Licenciatura em Pedagogia (2.818kg), também por ser o único que não reutiliza o papel antes do descarte. Já os cursos que selecionaram a menor quantidade de papel, em relação aos outros, foram Sociologia (10g) e História (354g), que reutilizam papel antes do descarte. No entanto, apesar da justificativa da reutilização, apresentada pelos secretários, não foi possível verificar se o volume de papel acumulado está relacionado ao consumo de papel.

A Coleta Seletiva de Papel Solidária evidenciou a ausência de uma "cultura ambiental" na instituição e por outro lado que se nós, seres humanos adotarmos atitudes ambientalmente corretas podemos fazer a diferença e produzir resultados muito positivos tanto para nós mesmos como para os outros, pois pequenas atitudes de cuidado com o ambiente, podem mobilizar a coletividade a fazer a sua parte e assumir a responsabilidade de cuidado para com este, ou seja, promover a Pedagogia do Cuidado no seu cotidiano. Como também proporcionou a ARENSA, não só uma pequena melhoria na renda dos seus associados, mas também um reconhecimento do seu papel na sociedade, além da possibilidade da expansão para outros Centros da UEPB.

Enfim, podemos afirmar que a EA nos cursos de Licenciatura do Centro de Educação da UEPB se caracteriza como uma dimensão ausente, em quatro dos seis cursos de licenciatura e ainda muito incipiente em dois deles. Essa ausência é reforçada pela carência de uma política institucional que fomente a EA na formação dos profissionais de todas as áreas e

estabeleça uma “cultura ambiental” ou “ambientalização institucional” no sentido de congregar as iniciativas de alguns professores e contemplar a dimensão ambiental, não apenas nos currículos, mas também na gestão e no espaço físico da instituição.

Assim, a universidade pode cumprir sua função social e se constituir em um espaço propício à germinação das sementes do hoje e o cultivo dos frutos que colheremos no futuro, contribuindo assim, para a “reinvenção da escola” como instituição que deve ser orientada para promover a apropriação de conhecimentos considerados socialmente relevantes e a formação para e na cidadania e, porque não dizer, a reinvenção da sociedade, no sentido de torná-la mais humana e solidária.

7 REFERÊNCIAS

ABDALA, Willer José dos Santos; RODRIGUES, Francisco Mendes; ANDRADE, João Bosco Ladislau de. *Educação Ambiental e Coleta Seletiva: Importância e Contextualização no Mundo Atual*. Revista travessias, 1982.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Reimpressão. Portugal: Porto, 2013.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

BRASIL. *Coleta Seletiva Solidária. Cidadania, Oportunidade de Renda e Inclusão Social*. Maria Fernanda Ramos Coelho / Presidenta (Orgs). Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Cidades; Ministro de Estado do Meio Ambiente. Disponível em: file:///C:/Users/Priscilla/Downloads/Cartilha_da_Coleta_Seletiva_Solidaria_-_Modelo_2008.pdf Acesso em: 24 de Maio de 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art225 Acesso 4 de agosto de 2017.

BRASIL. *Decreto N° 4.281*. Câmara dos deputados (Org), Decreto N° 4.281, de 25 de Junho de 2002.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Resolução/CNE/CP N° 2 Diário Oficial da União de 15 de junho de 2012.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Presidência da República Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos, Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999.

BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010.

CANDAU, V. M. *Reinventar a Escola*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

CAVALCANTE, Livia Poliana Santana; MAIA, Hérika Juliana Linhares; SOUSA, Matheus Urtiga; LIMA, Vera Lúcia Antunes de; SILVA, Monica Maria Pereira da. *A História de Luta e Organização de Associações de Catadores de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: Uma Análise Mesorregional*. Gestão Integrada de Resíduos: Universidade & Comunidade/ UFCG, 2017.

COSTA, R. G. de A. *Um Olhar Crítico Sobre a Educação Ambiental na Formação de Professores em uma Instituição de Ensino Superior Gaúcha*. Rev. eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br>. Acesso em: 09 de março de 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALIAZZI, M. do C. & FREITAS, J. V. de (Orgs). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Metodologia de Pesquisa*. Ed. Atlas. São Paulo, 2017.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. *Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas Curricular*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126.

GUIMARÃES, Mauro. *Educação ambiental: participação para além dos muros da escola*. In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

HART, P. *Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental: questões de qualidade*. In: GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de (Orgs). *Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

IBIAPINA, I. M. L. M. *Pesquisa Colaborativa: Investigação, formação e produção de conhecimentos*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

LEFF, H. *Saber Ambiental - sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LIMA, G. F. Da C. *Educação Ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios*. Campinas: Papirus, 2011.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. *Educação ambiental na escola: tá na lei....* In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MANZOCHI, L. H.; CARVALHO, L. M. *Educação Ambiental formadora de cidadania em perspectiva emancipatória: constituição de uma proposta para a formação continuada de professores*. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 103-124, mai/ago. 2008.

LOUREIRO, C.F.B. *Mundialização do Capital, Sustentabilidade Democrática e Políticas Públicas: Problematizando os Caminhos da Educação Ambiental*. *Ambiente & Educação*, vol. 14, 2009.

PEQUENO, M. G. C. *Formação docente e educação ambiental: por uma Pedagogia do cuidado*. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* E-ISSN 1517-1256, v. 33, n.1, p. 213-232, jan./abr., 2016.

PEQUENO, Maria Gorete Cavalcante. *Formação Docente e Educação Ambiental no contexto da Educação Básica: por uma Pedagogia do Cuidado*. In: XXII Encontro de Pesquisa em

Educação do Norte e Nordeste - Pós-graduação em educação do Norte e Nordeste: produção de conhecimento, assimetrias e desafios regionais, Anais. Rio Grande do Norte, 2014.

PINTO, Vicente Paulo dos Santos; ZACARIAS, Rachel. *Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema*. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, set 2009/fev 2010.

RODRIGUES, Geizibel Lopes; FEITOSA, Maria José da Silva; SILVA, Genilson Ferreira Lopes da. *Cooperativas de Reciclagem de Resíduos Sólidos e seus Benefícios Socioambientais: Um Estudo na Coopecamarest em Serra Talhada – PE*. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Volume 5, número 1 – 2015.

TEIXEIRA, C.; TORALES, M. A. *A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas*. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 127-144. Editora UFPR. Acesso em: 09 de março de 2016.

TEIXEIRA, L. A.; TOZONI-REIS, M. F. DE C. *A Educação Ambiental e a Formação de Professores: Pensando a Inserção da Educação Ambiental na Escola Pública*. VII Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro: São Paulo, julho de 2013.

TRAJBER, Rachel. *Cidadania e consumo sustentável: nossas escolhas em ações conjuntas*. In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. *Projeto Pedagógico de Curso Filosofia Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - ARRUDA, Jose Nilton Conserva de; PEREIRA, Valmir; FILHO. José Arlindo de Aguiar. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

----- . *Projeto Pedagógico de Curso Geografia Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - NETO, Faustino Moura; DAMASCENO, Joao; COSTA, Antonio Albuquerque da; MELO, Aretuza Candeia de; MÉLO, Josandra Araújo Barreto de,

XAVIER, Rafael Albuquerque. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

------. *Projeto Pedagógico De Curso História Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - OLIVEIRA, Matusalem Alves; PEREIRA, Auricélia Lopes; FERREIRA, Jefferson Nunes; ARAUJO, Patricia Cristina de Aragao; CIPRIANO, Maria do Socorro; FILHO, José Adilson. Campina Grande (PB) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

------. *Projeto Pedagógico de Curso Letras Espanhol Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante -NÓBREGA, Daniela Gomes De Araújo; RODRIGUES, Linduarte Pereira; FERREIRA, Telma Sueli Farias; GUIMARÃES; Kalina Naro, SANTOS, Luciene De Almeida. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

------. *Projeto Pedagógico de Curso Letras Inglês Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - NÓBREGA, Daniela Gomes De Araújo; RODRIGUES, Linduarte Pereira; FERREIRA, Telma Sueli Farias; GUIMARÃES, Kalina Naro; SANTOS, Luciene De Almeida. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

------. *Projeto Pedagógico de Curso Pedagogia Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - VALE, Elizabete Carlos do; BRANDAO, Soraya Maria Barros De Almeida; MELO, Gloria Maria Leião De Souza; CELINO, Marta Lucia De Souza; SILVA,Valdeci Margarida da. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

------. *Projeto Pedagógico de Curso Sociologia Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - BATISTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa; BELENS, Jussara Natalia Moreira; GOMES, Augusto Cesar Moraes; LULA, Waltimar Batista Rodrigues; MOTA, Leonardo de Araújo e. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

.------. *Projeto Pedagógico de Curso Letras Português Licenciatura*. Centro de Educação. Núcleo Docente Estruturante - NÓBREGA, Daniela Gomes De Araújo; RODRIGUES, Linduarte Pereira; FERREIRA, Telma Sueli Farias; GUIMARÃES, Kalina Naro; SANTOS, Luciene de Almeida. Campina Grande (Pb) - Campus I, 2016. Disponível em: <http://Educpb.Edu.Br>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

ZACARIAS, Raquel. *"Sociedade de consumo", ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo*. In.: *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. Carlos Frederico Bernado, Phillipe Pomier, Ronaldo Souza de Castro (Orgs). Ed. Cortez, São Paulo, 2009.

APÊNDICE - A

OBJETIVOS

- Implantar, experimentalmente, a Coleta Seletiva de Papel no Centro de Educação, Campus I, com base nos princípios da responsabilidade, prevenção e cooperação, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Contribuir para a redução de impactos ambientais e de uso de recursos naturais;
- Promover a inclusão social de catadores/as ao encaminhar os papéis a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida - ARENSA.

"Para reduzir os impactos ambientais negativos, tanto na acumulação dos resíduos sólidos, quanto no esgotamento das fontes de recursos naturais, é importante e imprescindível a implantação da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos associada ao trabalho de sensibilização e políticas públicas voltadas para redução, reutilização e reciclagem. Isto é implantação de programas de coleta seletiva nas fontes geradoras e construção de sistemas de tratamento de resíduos sólidos orgânicos alicerçados nos princípios da sustentabilidade, precaução e prevenção, meios de transportes adequados e descentralizados. Observando-se os 5Rs: reduzir a produção, de resíduos, reutilizar, reciclar, repensar as atitudes que degradam o meio ambiente e realizar Educação Ambiental!" (SILVA, 2016, p.75).

ATENÇÃO! IMPORTANTE!!

PAPEIS RECICLÁVEIS	PAPEIS NÃO RECICLÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> • Jornais e Revistas • Papel Sulfito (ofício) • Papel de Fax • Folhas de Caderno • Formulários de Computador • Aparas de Papel • Caixas em geral • Fotocópias • Envelopes • Rascunhos • Cartazes Velhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Etiquetas Adesivas • Papel Carbono • Papel Celofane • Fita Crepe • Papéis Sanitários, sujos, engordurados ou contaminados • Papéis Metalizados • Papéis Parafinados • Papéis Plastificados • Guardanapos • Bitucas de Cigarro • Fotografias

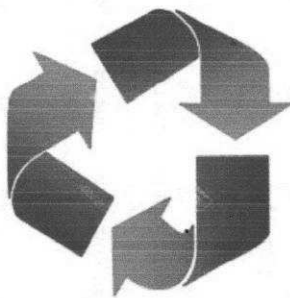
Os papéis não devem ser amassados, (apenas rasgados ou triturados) e devem estar livres de grampos e adesivos.

Para que a Universidade possa cumprir sua função social precisa, contemplar a Educação Ambiental no currículo, na gestão e no espaço físico, instituindo-se, de fato, como um espaço que cuida e ensina a cuidar, na perspectiva da **Pedagogia do Cuidado**.



UEPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO



Coleta Seletiva Solidária de Papel no CEDUC

Coordenação:

Profa. Dra. Maria Gorete Cavalcante

Aluna: Priscila Idalino Oliveira

Campina Grande, novembro de 2017.

A Problemática dos Resíduos Sólidos

A grande produção de resíduos sólidos tem provocado diversos problemas sejam de ordem social e/ou ambiental. O Brasil é um dos maiores produtores de papel no mundo, o que causa grandes impactos ao meio ambiente.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, a partir de hábitos de consumo sustentável e de um conjunto de instrumentos que propiciem o aumento da reutilização, da reciclagem e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Princípios da PNRS

- A prevenção e a precaução;
- A visão sistêmica, na gestão dos resíduos;
- O desenvolvimento sustentável;
- A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- O reconhecimento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como bens econômicos e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania...

Objetivos da PNRS

- proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- incentivo à indústria da reciclagem, pelo uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- gestão integrada de resíduos sólidos...

Coleta Seletiva

É a coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição. E depois de separados vão para a indústria que os transformam em novos produtos.

A separação na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o seu valor agregado e diminuindo custos ambientais.

Reciclagem de Papel

COR PADRÃO: AZUL

A cada tonelada de papel reciclado, evita-se o corte de 20 a 30 árvores adultas, economiza-se 26 mil litros de água, preserva-se a qualidade do ar, ou seja, são 27 kg a menos de poluição.

- A produção de papel reciclado pode economizar até 80% de energia se comparada à produção do papel virgem;

- Na produção de cada tonelada de papel novo são gastos 100 mil litros de água. No caso da fabricação de papel reciclado este valor cai para 2 mil litros por tonelada;

Na reciclagem de papel são gerados cinco vezes mais empregos do que na produção de papel virgem e dez vezes mais do que na coleta e destinação final dos resíduos...



O que fazer?

Todos nós produzimos resíduos. Portanto, fazemos parte do problema, mas também precisamos fazer parte da solução.



APÊNDICE - B



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROJETO DE PESQUISA PIBIC - COTA: 2016-2017**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
COORDENADORES/AS DOS CURSOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO**

QUESTÃO CENTRAL: Qual o lugar da Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura do Centro de Educação, Campos I, da UEPB?

1. Qual a sua Área e nível de Formação?
2. No Currículo do Curso de Licenciatura em _____ há componente curricular de Educação Ambiental ou que aborde a temática do meio ambiente? Se sim, qual?
3. O curso de Licenciatura em _____ desenvolve alguma atividade/ação relacionada a área de Meio Ambiente?
4. Considera necessária essa discussão no Curso de Licenciatura em _____? Por quê?
5. Conhece (ou já ouviu falar sobre) a Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental?

Solicito, por gentileza, a cópia do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em _____ ou o endereço eletrônico de acesso ao mesmo.

Muito Obrigada pela sua valiosa colaboração!

Priscilla Idalino Oliveira - Matrícula: 141210117
Bolsista do PIBIC